

LUIZ CARLOS PRESTES

85 ANOS DE HISTÓRIA 60 ANOS DE LUTA

EDIÇÃO NACIONAL — JANEIRO 1983 — PREÇO: Cr\$ 100,00

GAZETA DO BRASIL

Diretor: LUIZ IGNACIO DOMINGUES

Redação: Rua Alvaro Alvim nº31 — 402

EDIÇÃO HISTÓRICA



LUIZ CARLOS PRESTES — O comandante da legendaria Coluna I Invicta, que levou aos mais remotos rincões de nossa Pátria a bandeira da libertação nacional, o revolucionário firme e coerente, que jamais traiçou os seus princípios que até hoje não teve, nem tem, senão um só pensamento — a grandeza do Brasil!

**O MESMO HOMEM
AS MESMAS IDÉIAS A MESMA LUTA
PELA PAZ PELA DEMOCRACIA
PELO SOCIALISMO**

**EDIÇÃO EXTRA
100 CRUZEIROS
CADA EXEMPLAR**



LUIZ CARLOS PRESTES, o grande líder dos trabalhadores e do povo, em plena campanha para a vitória de Leonel Brizola, nas eleições de 15 de novembro.

LUIZ CARLOS PRESTES: Uma dignidade fundamental, incontrastável

Graciliano Ramos

Atribuem a Carlos Prestes um papel diversificadamente considerado neste vivo tempo de exaltações áspers: ídolo da massa. Isto lhe ocasiona louvores excessivos e objurgatórias às vezes não isentas de algum despeito. Doces panegiristas e detratores amargos concordam num ponto: responsabilizam, pelo menos fingem responsabilizar essa estranha figura por se haver tornado uma espécie de mito nacional.

Vamos refletir um pouco. Será que realmente se tornou? No caso afirmativo, poderia ter evitado essa canonização leiga? Afinal é ela conveniente ou inconveniente?

O que sucede a Carlos Prestes ocorre, em maior ou menor grau, a todos os indivíduos forçados a romper o casulo e entrar na vida pública. Não os vêem como de fato são: enxergam-nos através de lentes deformadoras. Qualquer literato sabe isto: pequenas alterações, acumuladas, chegam a transformar uma pessoa: a frase largada na livraria modifica-se no jornal, emprestando a um sujeito opinião que ele nunca teve; críticos sagazes decifram complicados enigmas em livros comuns. De repente surgimos autores de pensamentos alheios, recebemos ataques e elogios por uma entrevista dada pelo telefone, em meia dúzia de palavras desatentas. Ora, se tal acontece ao modesto colecionador de idéias mirins, em país analfabeto, que não se dará com o dirigente político, em horas de efervescência como as atuais? Lenda? Com certeza. Mas na história também fervilham exageros — e às vezes, conhecendo as deturpações, não nos livramos delas, tanto nos imbuíram.

Conseguiria o homem assim crescido eximir-se da grandeza e readquirir o tamanho natural? Pouco provável. Esse gigantismo significa a força criadora da multidão. Tolicie negá-lo ou condená-lo. É um fato. Não se improvisa, não se encomenda: absurdo pretender forjá-lo nas escolas ou na caserna, com hinos e lugares comuns. Está no espírito do povo — e não o extirparemos daí.

Vantajos? Desvantajos? A um formigueiro de pigmeus bem acomodados é desagradável. A turba imagina heróis para defender-se de bichinhos importunos, na verdade uns insetos, mas tão numerosos que formam pragas. De alguma forma os semideuses são um reflexo dela — e apenas ela é capaz de concebê-lo. Esses eleitos obtêm consagração espontânea que lhes interpreta os atos em conformidade com os interesses da maioria. Esta não se engana: sente neles a sinceridade infalível, deixa-se arrastar, parece possuir antenas, dotes divinatórios que nos assombram.

EVIDENTEMENTE não experimentaríamos a fascinação, o entusiasmo doído que leva o popular, num comício, a despojar-se do paletó e queimá-lo, transformá-lo em archote, ou supor-se bastante sólido para agüentar sozinho uma carga de cavalaria. Não, em geral não queimamos os paletós, e no dia 23 de Maio víamos bem que tantos cavalos, galopando para cima da gente, nos iriam causar sério transtorno. Somos prudentes, calculistas; as nossas palmas ao discurso mais enérgico são abafadas, lentas; as nossas almas encolhidas se embotaram — e em consequência inspiramos ao habitante ingênuo do morro uma vaga repulsa. Certo não concedemos auréola a Prestes; o que nos atrai nele é a parte humana, de ordinário deixada na sombra.

Logo nos surpreende, ao conhecê-lo, uma desmedida paciência. Critaura tão cheia de ocupações acha vagar para longas cavaqueiras. Quatro anos atrás cavalheiros abundantes o amolaram com receitas admiráveis para salvar a pátria. Um afirmou que ele, simulando escutar, não lhe dava a atenção devida aos planos. Vistos os programas em curso por aí, admitiremos sem dificuldade a informação. É inegável,

porém, que muitos badalaram tenazmente, em busca de um comunismo eleitoral, para uso dos patrões. Decepcionaram-se — e houve muitas injúrias nas folhas. Às vezes, entretanto, a paciência estala, uma fenda se alarga e aprofunda na superfície convencional. Em sabatina realizada no sertão mineiro, uma pergunta incômoda teve esta elucidação fulminante:

— Falo de coisas sérias. Não me ocupo de miseráveis, patifes, vendidos.

Essas manifestações devem ser raras. Há em Prestes excessiva polidez. Viajará horas em pé num aeroplano se alguém se avizinha da cadeira dele e puxar conversa. A voz clara, baixa, sacudida, não se eleva — e é como se nos martelasse. Ouvindo-a através dos altos-falantes — desconcertamo-nos ao perceber que finda a lhanza e as marteladas batem rijo no adversário e lhe metem pregos.

HÁ QUEM o julgue intolerante, escarpado, fanático. Ninguém mais acessível. A urbanidade ali não é máscara política, mas junta-se à franqueza — e não ficaremos iludidos um minuto. Fazemos-lhe uma exposição. Queda pensativo, o sorriso cansado a iluminar-lhe o rosto pálido. Ao concluirmos, dirá simplesmente:

— Discordo. Não conheço direito o assunto; é possível que esteja em erro. Venha almoçar comigo qualquer dia e traga elementos para convencer-me.

Temos a impressão de que nele se equilibram sentimentos opostos. Ou não será isso talvez se combinem qualidade naturais e qualidades adquiridas, umas e outras a convergir, com força terrível, para a concretização de uma idéia. A intensidade se explica pelo afastamento impiedoso de tudo quando de leve perturbe a execução de um plano estudado com rigor, criticado e corrigido sempre, segundo as circunstâncias.

Frieza? Quase nos desorienta a contradição. Sob as cinzas que se espelham na face torturada, lavra fogo medonho, pavoroso incêndio a custo perceptível. Raramente uma labareda rompe a crosta gélida. Noutras épocas essa alma ardente se teria enchido de visões celestes; hoje se prende à terra.

Novo contraste: achamo-nos diante de um tímido. Esta observação tem visos de contra-senso e dificilmente será tolerada. Contudo insistimos nela. Ninguém como os tímidos para dedicação completa e uma empresa — e na coragem que revelam sente-se a impossibilidade de recuar. Não os detêm obstáculos; nenhum desvio do caminho escolhido.

Delicadeza interior, pureza quase infantil trava a fala desse homem, turva-lhe os olhos ao raler um trecho de carta materna; por outro lado imenso vigor o induz às façanhas mais temerárias. Sobre a aguda sensibilidade nasceram calos, alastraram-se, revestiram-na por fim de espessa couraça impenetrável. Uma natureza emotiva refreou a emoção e aparenta a firmeza de um compressor.

AINDA uma dualidade: afigura-se-nos que a singular personalidade apreende com igual nitidez os objetos próximos e os distantes, graúdos e miúdos, o panorama e o pormenor, os mais graves acontecimentos internacionais e os efeitos de ligeiras desavenças existentes nas brechas de um território meio deserto.

Chegamos agora a um ponto em que não distinguimos nenhum sinal de oposição: há em Prestes uma dignidade fundamental, incontrastável. É a essência do seu caráter. Admiram-no com exaltação, odeiam-no com fúria, glorificam-no e caluniam-no. Seria difícil achar quem lhe negasse respeito à austeridade imutável, maciça, que o leva a afrontar serenamente duras fadigas e sacrifícios horríveis — coisas previstas e necessárias.

(Publicado em A Classe Operária, 1º de janeiro de 1949).

SACADA

ANTONIO CALLADO

História do pedestal recusado



Um cafezinho e um dedo de prosa com o meu vizinho Prestes, que prefere discutir o presente a ficar desfiando a memória de um passado pleno de lutas

Foi extremamente honrosa, para o candidato ao governo do Rio de Janeiro Leonel Brizola, a presença, no Teatro Clara Nunes, de Luis Carlos Prestes. A reunião do PDT no Clara Nunes foi segunda-feira, 20, quando Darcy Ribeiro, candidato à vice-governança, falava sobre o projeto cultural que tem para o Rio. Ao lado de sua mulher, Maria Ribeiro, Prestes, na saudável e ágil magreza dos seus 82 anos, conferia, com o simples estar ali, uma espécie de permanência histórica ao encontro de Brizola com o povo carioca. Há pessoas assim. Basta aparecerem e qualquer momento fica mais duradouro.

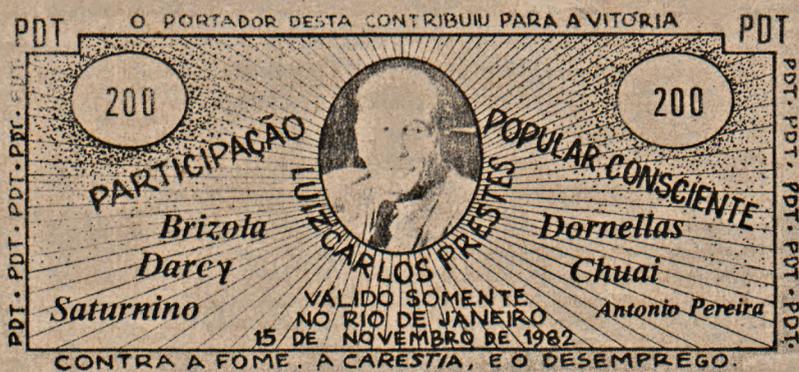
Fui conhecer Prestes pessoalmente há pouco tempo, na companhia de Francisco Viana, que, ao lado de Denis Moraes, publicou pela Editora Vozes, meses atrás, o livro *Prestes: Lutas e Autocríticas*, que relembra e atualiza a bela e fecunda existência de quem foi até outro dia o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. Eu disse a Viana que pretendia apenas fazer uma breve visita de vizinho a Prestes, que mora aqui perto de mim, na Gávea. "Breve se ele deixar", foi a resposta. E, de fato, durante mais de uma hora minha mulher e eu palestramos e tomamos café com esse vizinho amável e conversador.

Vejo Prestes, do ponto de vista histórico, como o brasileiro que maior esforço dedicou, mental e físico, para sacudir o Brasil da sua sonolência; para forçar o país a deixar para sempre seu jeito desleixado de viver. Desde seus tempos de capitão rebelde, em 1924, Prestes, com a palavra e a prática, tenta libertar-nos da roça em que vegetamos para nos inserir na civilizada luta mundial dos trabalhadores dos países adiantados, de Leste a Oeste. Quis e quer transformar numa presença internacional ativa e forte esse eterno adolescente desastrado que somos, estróina, vivendo de golpes e calotes internos e sempre com medo de ser afinal matriculado no Caraça que é o FMI. Diante do materialismo fisiológico reinante, Prestes lutou sempre, entre nós, pelo primado do espiritual.

Eu bem que tentei, em mais de um momento da conversa, encaminhá-lo ao passado, aos tempos da Coluna, quando Prestes riscava no nosso chão os rumos da guerrilha moderna, no curso de 30 mil quilômetros, por dentro de treze Estados, durante mais de dois anos. Gente muito pobre, como a do interior do Brasil, é tímida demais, fraca demais para ceder à sedução de uma luta geral. Internando-se na Bolívia em 1927, Prestes internava-se também nessa universidade da revolução que é o exílio. Outro dia, quando eu ia de carro de Corumbá para Puerto Suárez, em terra boliviana, me lembrei de que aquele foi o caminho seguido por Astrojildo Pereira, quando levou a Prestes livros da doutrina comunista. Matemático, engenheiro, o jovem capitão agora recebia das mãos de Astrojildo máquinas que ainda não conhecia, máquinas de disciplinado pensamento, vindas da Alemanha, Inglaterra, França e União Soviética.

Confesso que fracassei, como repórter, nas tentativas que fiz de reconduzir Prestes ao passado. Ele assentia, cortês, com a cabeça, mas voltava, apaixonado, à discussão do presente. Acho que nunca senti com maior nitidez, em ninguém, a constante invenção que é a vida. Quando saímos, Ana, minha mulher, disse: "Você tentou monumentalizar o Prestes, mas ele resistiu". Era isso aí.

7N. da R. — Transcrito da revista "ISTO É", 29/9/1982)



BONUS DA VITÓRIA — Para as campanhas eleitorais, os candidatos apoiados por Prestes, contaram com a participação popular consciente. Além de votarem, os eleitores de Prestes adquiriram milhares de bonus (foto acima) contra a fome, a carestia e o desemprego.

GAZETA DO BRASIL

EXPEDIENTE

Jornal político, literário e de informação mundial

FUNDADO EM 1º DE DEZEMBRO DE 1946

DIRETOR
LUIZ IGNÁCIO DOMINGUES

SECRETÁRIA
Odete Ferreira

COLABORADORES
Oscar Niemeyer — Acácio Caldeira — Ivan

Alves — Agliberto Vieira de Azevedo — Honório Peçanha — Waldir Duarte — Aristides Corrêa Leal — Maria Aragão — Antônio Pinheiro Machado — José Ferreira Alencar — Hermes Caires — Adelino Cassis — Edmundo Moniz — Adão Pereira Nuncé.

VENDA AVULSA
Capital e Interior Cr\$ 100,00
Redação: Rua Alvaro Alvim nº 31/402

Ninguém mais do que Prestes tem autoridade e experiência para avaliar a história do PCB

Luís Carlos Prestes nasceu a 3 de janeiro de 1898, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Seu pai, Antônio Pereira Prestes, era oficial do Exército; homem progressista para seu tempo, teve participação ativa na proclamação da República. Sua mãe, Leocádia Felizardo Prestes, provinha de uma família abastada de Porto Alegre, que, entretanto, havia-se arruinado com a morte de seu chefe. Era uma mulher avançada: ainda muito jovem escandalizou a família ao revelar seu desejo de ser professora e trabalhar, aspiração inaceitável para uma moça de sua classe naquela época. D. Leocádia, desde cedo, cultivou em si e posteriormente, nos filhos, o interesse pelas artes, pela literatura e, também, pela política. Tendo ficado viúva com filhos pequenos para criar, D. Leocádia não hesitou em ir trabalhar, sustentando a família com grandes dificuldades e revelando sempre muita coragem e dignidade humana na luta cotidiana pela sobrevivência e educação de seus cinco filhos.

Órfão de pai, Prestes cresceu num ambiente de muitas privações, em que cedo teve que assumir o papel de chefe de família. Seus estudos foram feitos no Rio de Janeiro, no Colégio Militar, e, posteriormente, na Escola Militar, pois acarreira militar era a única opção viável para um jovem de família pobre, órfão de oficial do Exército. Mesmo assim, seu curso foi marcado por inúmeras dificuldades econômicas, que exigiram grandes sacrifícios de D. Leocádia e das irmãs de Prestes. Aos 22 anos, tendo feito um curso brilhante na Escola Militar, em que se destacou como primeiro aluno de sua turma, Luis Carlos Prestes é diplomado engenheiro militar.

Entretanto, sua vida de militar foi muito curta, tendo durado apenas quatro anos, de 1920 a 1924, quando já havia atingido a patente de capitão do Exército. Prestes teve uma carreira militar acidentada. Em 1921, solicita demissão do cargo de instrutor de engenharia na Escola Militar por não haver conseguido o material que julgava indispensável à instrução de seus alunos. Designado para fazer parte da Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis no Rio Grande do Sul, dela solicita demissão ao verificar que não obtinha as informações a respeito do que deveria fiscalizar. Por último, manifesta por escrito seu protesto diante das irregularidades financeiras no 1.º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, em que servia na qualidade de Chefe da Seção de Construção.

Ainda em 1922, Prestes participa da conspiração preparatória do primeiro 5 de julho, no Rio de Janeiro. Vê-se, entretanto, impedido de tomar parte direta neste levante por estar gravemente enfermo com tifo. Após derrota do movimento de 22, Prestes, continua participando das lutas dos tenentes, que tinham como lema "Representação e Justiça". Em 1924,

Aldo Lins e Silva

quando do levante de 5 de julho em São Paulo, Prestes servia no Rio Grande do Sul. Com a derrota do movimento em São Paulo e conseqüente deslocamento das forças revolucionárias para Foz do Iguaçu, Prestes intensifica a preparação do levante do Rio Grande, que se inicia a 29 de outubro desse ano, nas unidades do Exército de diversas cidades, inclusive Santo Ângelo. Prestes é designado, pelo general João Francisco Pereira de Sousa, comandante das forças revolucionárias da região missioneira, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Após duros combates, as tropas comandadas por Luís Carlos Prestes marcham em direção a Foz do Iguaçu, onde se juntam às forças provenientes de São Paulo. Tem início a famosa "marcha da coluna", que posteriormente entraria para a História com o nome de Coluna Prestes.

Foram mais de 25 mil quilômetros, percorridos em grande parte a pé, em que a Coluna, comandada por Prestes, atravessou o Brasil de Sul a Norte e de Leste a Oeste. Por mais de dois anos a Coluna percorreu o interior do Brasil, mantendo acesa a chama da luta e atraindo as forças do Governo, o que facilitava a atividade dos que conspiravam na Capital do País pela queda de Artur Bernardes. Prestes destacou-se não apenas como comandante militar, mas também como líder incontestado de seus soldados e do movimento tenentista. Tornou-se famoso como o "cavaleiro da esperança".

Os feitos heróicos da Coluna são uma página importante da História do Brasil e estão narrados no diário da Coluna, escrito por seu secretário, o capitão Lourenço Moreira Lima, e publicado sob o título de "A Coluna Prestes". Já naquela época, sob a direção de Prestes, foi adotada a tática da guerra de movimento em contraste com a tática empregada pelas forças governistas da guerra de posição, o que assegurou às tropas revolucionárias nunca sofrerem nenhuma derrota, apesar de sua inferioridade numérica, em armamento e munições.

A Coluna, por onde passava, procurava fazer justiça, protegendo os camponeses das arbitrariedades dos latifundiários e, freqüentemente, queimando inclusive os livros nos quais estavam registradas as dívidas dos camponeses. Entretanto, com a partida dos soldados da Coluna, a repressão contra os homens simples do campo tornava-se ainda maior. Além disso, a miséria avassaladora do interior do País continuava e a Coluna não tinha solução para superá-la. Para Prestes tornava-se cada dia mais claro que estava diante de problemas sociais complexos, cujas causas era necessário analisar a fim de para eles encontrar uma solução científica. A terrível miséria das grandes massas do interior do Brasil impressionou profundamente a Prestes, que chega à conclusão de que não bastava



Com o malogro da insurreição de 1935, inicia-se no Brasil um período de repressão intensa; Prestes é caçado pelos agentes de Felinto Muller e do "Intelligence Service" inglês, durante vários meses; preso em março de 1936, juntamente com sua esposa, Olga Benário Prestes (foto), foi condenado a mais de 47 anos de prisão; sua esposa foi deportada para a Alemanha nazista, onde foi executada num campo de concentração da Gestapo. Anita Leocádia Prestes, que nasceu num campo de concentração nazista, foi resgatada do hitlerismo, graças aos esforços de sua avó, Leocádia Felizardo Prestes e da forte pressão do povo brasileiro. Anita foi repatriada e se colocou ao lado de seu pai, na luta pela democracia e o socialismo no Brasil.

substituir homens no poder, como era o propósito dos tenentes.

Em fevereiro de 1927, diante da impossibilidade de um entendimento com o Governo, a Coluna ingressa em território boliviano. Tem início o primeiro exílio de Prestes, que permanece durante um ano em Gaiba (Bolívia), até que todos seus soldados conseguem voltar ao Brasil. Nesse período Prestes trabalha como engenheiro na construção de estradas e começa a estudar o marxismo. Em dezembro de 1927, recebe a visita, em Puerto Suarez, de Astrojildo Pereira, secretário do PCB, que lhe faz presente de uma mala contendo literatura marxista. É o primeiro contato de Prestes com o PCB, que havia sido fundado em março de 1922.

Após a Bolívia, Prestes desloca-se

para Buenos Aires, onde entra em contato com o Partido Comunista Argentino e dá prosseguimento aos seus estudos marxistas, travando conhecimento com O Capital de Marx e O Estado e a Revolução de Lenin. Prestes é designado nessa época chefe militar da Revolução pelos tenentes, muitos dos quais também haviam participado da Coluna e já viviam clandestinamente no Brasil. Entretanto, para ele, a opção estava feita: tinha encontrado no marxismo-leninismo a resposta para as questões que o contato com a miséria do povo brasileiro lhe havia colocado. Prestes torna-se comunista, sem ser ainda membro do Partido Comunista. Passa a adotar as mesmas posições políticas do PCB.

CONCLUSÃO NA PÁG 4

3 DE JANEIRO DIA DE FESTA PARA O POVO

Luiz Carlos Prestes, o líder da luta pela nossa emancipação, pela democracia, o socialismo e a paz mundial, completa, dia 3 de janeiro, 85 anos de idade. Desde os dias heróicos da Coluna Invicta, que os brasileiros celebram a data de seu aniversário. Assim, dia 3 de janeiro de 1983, ao completar seus 85 anos de idade, Luiz Carlos Prestes será homenageado, em ato público, das 19 às 21 horas, no auditório da ABI, com os seguintes oradores: professor Edgard Carone, escritor

Edmundo Moniz, professor e vice-governador Darcy Ribeiro, vereador Pereira Filho, dentre outros.

Comemorando, ainda, a data natalícia de Prestes, dia 9 de janeiro, a partir das 10 horas, haverá uma festa popular na Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, à Rua Barão de São Francisco, nº 236, em Vila Isabel, com a presença de artistas, escritores e demais personalidades.

Prestes defende o socialismo na Polônia!

Texto integral da entrevista fornecida por LUIZ CARLOS PRESTES
ao jornal "FOLHA DE SÃO PAULO" em 17 de dezembro de 1981,
da qual esse jornal publicou somente alguns trechos

"É bastante significativa e reveladora de quanto se aguçava em nosso País — apesar de sempre negada pelos governantes — a luta de classes, a posição assumida pela imprensa brasileira diante dos acontecimentos na Polônia, aos quais dedica em suas colunas muito maior importância do que a esse infame "pacote" de novembro do sr. Figueiredo, com o qual encerra a sua propalada "abertura", a fim de tentar impedir ao povo brasileiro que manifeste livremente nas urnas eleitorais a sua vontade. Na verdade, a imprensa brasileira repete, sem nenhum espírito crítico, tudo o que transmitem as agências de notícias do imperialismo.

O que se passa na Polônia hoje é um problema do povo polonês e de seu governo. Como é sabido, em agosto de 1980, foi fundado o novo sindicato Solidariedade. A isto o governo polonês não respondeu, como se faz em nosso

País, diante de simples greves econômicas, com a destituição de dirigentes sindicais, prendendo-os e submetendo-os a uma Lei de Segurança Nacional e a tribunais militares. Muito menos assassinando-os, como fez com o líder sindical católico Santo Dias. Ao contrário, procurou o governo polonês uma solução de compromisso com os trabalhadores e a 31 do mesmo mês de agosto já era solenemente assinado pelos dirigentes do Solidariedade e pelo governo polonês, um acordo, que entrou imediatamente em vigor.

Que se afirmava no referido acordo? Que Solidariedade seria exclusivamente um movimento sindical e não um partido político, que os membros do novo sindicato defenderiam o socialismo, a aliança com a União Soviética e também o Pacto de Varsóvia. Reconheciam também os operários que o partido político dirigente na Polônia era o Partido Operário Unificado Polonês. De

seu lado, os compromissos assumidos pelo governo foram rigorosamente cumpridos. Mas elementos contrarrevolucionários, quer dizer, anti-socialistas e anti-soviéticos, conseguiram penetrar na nova organização sindical e, pouco a pouco, ganharam influência dominante em sua direção e passaram a orientar a organização para posições que visavam perturbar a reconstrução econômica do país, tentar desestabilizar o governo e a tomar posições de franco ataque ao socialismo e à União Soviética.

Foi em consequência disto que o governo polonês, após a tentativa de novos entendimentos com os dirigentes de Solidariedade e da Igreja Católica, viu-se na contingência — como faria qualquer outro governo — de defender a lei e a Constituição Socialista.

O essencial agora é que se deixe o povo polonês resolver seus problemas e, muito particularmente, que os governos

dos países da OTAN neguem-se a atender ao apelo criminoso do Sr. Haig, chefe do Departamento de Estado do governo norte-americano, que intervém abertamente nos assuntos internos da Polônia.

Apoiado no glorioso Exército polonês, que é querido do povo, e, também, do patriotismo do povo polonês que sabe que a independência e a autonomia da Polónia dependem do apoio fraternal da União Soviética, o governo polonês tem condições de resolver os sérios problemas que enfrenta. E, nestas condições, a imprensa brasileira, mais uma vez, se verá frustrada na sua propaganda carregada de ódio contra o socialismo e a União Soviética — atitude profundamente contrária aos interesses de nosso povo.

Em 17 de dezembro de 1981

(a.) LUIZ CARLOS PRESTES"

CONTINUAÇÃO DA PÁG 3

Discute dias a fio com seus antigos companheiros do movimento tenentista, tentando convencê-los da falta de perspectiva histórica de suas posições e da justeza do caminho apontado pelo Partido Comunista. Procura mostrar-lhes que a solução dos problemas do povo brasileiro só será possível com a eliminação da dominação imperialista e do poder dos latifundiários. Com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1929, Prestes trata de desmascarar seu verdadeiro caráter, mostrando que representava os interesses de determinados setores da oligarquia e que não seria capaz, portanto, de encaminhar a solução de nenhum problema básico do povo.

Em maio de 1930, com o lançamento de seu famoso **Manifesto de Maio**, Prestes rompe definitivamente com os tenentes, que apoiavam Getúlio Vargas, e adere publicamente ao programa do Partido Comunista. O movimento de 30, com a conseqüente subida ao poder de Vargas com o apoio dos tenentes, mostrou posteriormente que Prestes tinha razão: um setor da oligarquia foi substituído por outro no poder estatal e os tenentes em sua maioria, tornaram-se meros instrumentos desse poder oligárquico-burguês.

Em 1931, Prestes parte com toda a família para a URSS, onde é contratado como engenheiro. Participa ativamente da construção do socialismo na União Soviética, que atravessa os difíceis anos do primeiro plano quinquenal. O contato direto com a realidade soviética, não obstante as imensas dificuldades que a URSS enfrentava, contribuiu decisivamente para que Prestes se tornasse comunista convicto. O conhecimento adquirido no convívio com os trabalhadores soviéticos criou em Prestes uma fé inabalável na força do socialismo e na invenci-

NINGUÉM MAIS DO QUE PRESTES...

bilidade do povo soviético, que lhe permitiram mais tarde, durante os anos da invasão nazista da URSS, manter a convicção de que o povo soviético derrotaria a Alemanha fascista. Prestes sabia que um povo livre, que pela primeira vez na História havia liquidado a exploração do homem pelo homem, não se deixaria subjugar.

Em agosto de 1934, Prestes é aceito no PCB (naquela época chamava-se Partido Comunista do Brasil) e no final desse mesmo ano regressa clandestinamente ao Brasil. Em março de 1935, num grande ato público no Rio de Janeiro é eleito por aclamação presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora, uma ampla frente única, que se propunha a lutar contra a ameaça fascista no Brasil, cujo lema era "Pão, Terra e Liberdade", e que mobilizou grandes massas populares no País.

Apesar dos erros cometidos na deflagração da insurreição armada de novembro de 1935, o movimento democrático e antifascista, dirigido pela ANL, e que contava com a participação ativa dos comunistas, desempenhou papel decisivo na luta pela democracia, dificultando a fascitização da ditadura do Estado Novo, que viria a se estabelecer em novembro de 1937.

Com a derrota da insurreição de novembro de 35, inicia-se um período de repressão intensa. Prestes é procurado pela polícia durante vários meses e, finalmente, preso em março de 1936, juntamente com sua esposa, a comunista alemã Olga Benário Prestes. Diante dos tribunais de exceção, Prestes adota uma posição de firmeza inabalável e assume toda a responsabilidade pelo movimento que liderara. É condenado a mais de 47 anos de prisão. Sua esposa é deportada para a Alemanha hitlerista no sétimo mês de

gradivez num regime de perversidade do Governo Vargas. Mais tarde seria assassinada numa câmara de gás de um campo de concentração nazista. Prestes permanece preso durante nove anos, no mais absoluto isolamento.

Ainda prisioneiro do Estado Novo, Prestes, em 1942, não vacila em apoiar o Governo Vargas quando este, sob pressão do movimento democrático e antifascista, vê-se forçado a enviar um contingente de soldados "brasileiros para lutar contra o nazi-fascismo". Essa atitude de Getúlio Vargas era fruto das lutas do povo brasileiro e, em particular, dos comunistas, que à frente das massas saíram às ruas para exigir o envio dos pracinhas da FEB para os campos de batalha da Europa.

Em 1943, realiza-se na serra da Mantiqueira uma conferência que reorganiza o PCB e elege, pela primeira vez, Luis Carlos Prestes seu secretário-geral, apesar de este ainda se encontrar preso. Somente com o Decreto-lei de 18 de abril de 1945, Prestes conquista a liberdade, juntamente com muitos outros prisioneiros políticos. Ao sair da prisão, com enorme prestígio popular, empenha-se na campanha de massas que levaria à legalização do PCB. Grandes comícios e manifestações são realizados por todo o Brasil, com a presença de Prestes e com o PCB tendo conquistado sua legalidade de fato, nas ruas, com a participação do povo. No Rio, tem lugar o famoso comício do campo de São Januário e, em São Paulo, no estádio do Pacaembu, onde entre muitos oradores, destaca-se a figura do grande poeta chileno Pablo Neruda, que em homenagem a Prestes leu um poema escrito especialmente para essa oportunidade.

Durante todo o ano de 1945, Prestes participa ativamente da campanha pela eleição de uma Assembléia Constituinte

livremente eleita e democrática. Finalmente, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, é eleito senador pelo Rio de Janeiro e deputado por vários estados da Federação, tendo conquistado cerca de 10% do eleitorado nacional da época. Na Constituinte eleita, os comunistas contavam com catorze deputados e um senador, sendo que Prestes foi o senador mais votado da República, com mais de 160 mil votos, quociente bastante expressivo para a época.

Na elaboração da Constituição de 46, os comunistas, com Prestes à frente, desempenham papel de relevo. Não obstante a maioria reacionária na Assembléia Constituinte, a bancada comunista consegue inscrever na Constituição os direitos civis democráticos e uma série de importantes conquistas dos trabalhadores, como o direito de greve. Os comunistas são derrotados, contudo, em seu empenho de incorporar à Constituição medidas de reforma agrária e contra o imperialismo. Assim, a bancada comunista não conseguiu ver aprovada a emenda que apresentou, prescrevendo que os monopólios estrangeiros não tivessem o direito de apelar para o governo de seu país de origem com o objetivo de defender seus interesses no Brasil.

Com o advento da guerra-fria, o anticomunismo ganha força no Brasil. Em maio de 1947, o PCB é posto na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em janeiro do ano seguinte, os parlamentares comunistas têm seus mandatos cassados pelo Congresso Nacional. Prestes é forçado a ingressar na clandestinidade, que, para ele, dura mais de dez anos.

Em março de 1958, o movimento democrático no País readquire força suficiente para que os comunistas consigam romper com a ilegalidade e voltam à luz do dia, apesar de o PCB continuar proibido de se reorganizar. A Justiça revoga a ordem de prisão

CONCLUI NA PÁG 13

Prestes: "COMO CHEGUEI AO COMUNISMO"

CONCLUSÃO DA PÁG 9

cional Comunista. Logo após a publicação de meu Manifesto de maio de 1930, Rústico procurou encontrar-se comigo através dos camaradas argentinos e teve então ocasião de felicitar-me pela posição assumida. Após a publicação do Manifesto em que propugnava pela criação da Liga de Ação Revolucionária, entrevistou-se ele novamente comigo para dizer-me com toda a fraqueza o quanto lamentava minha nova posição, que, a juízo dele, significava um passo para trás. O primeiro Manifesto — disse-me — significava uma aproximação franca com o movimento comunista, enquanto que no segundo se propunha a criação de um partido político que, não sendo do proletariado, não passaria de um novo partido burguês.

Tais encontros não eram fáceis, pois a Argentina já passara a ser governada por uma ditadura militar. Apesar disto, ainda tivemos alguns encontros. Rústico falava-me da luta de Lênin contra os populistas, os economistas e os mencheviques. Foram verdadeiras lições sobre a história do movimento bolchevique, que me fizeram compreender o caminho da revolução russa.

Em 2 de outubro de 1930, na véspera do levante militar de Vargas, fui detido. O almirante chefe da polícia da ditadura de Uriburu ameaçou-me de fuzilamento por haver feito declarações à United Press — que não chegaram a ser publicadas, mas que caíram em mãos das autoridades —, nas quais dava a entender que os generais argentinos estavam vendidos ao imperialismo ianque. Só fui posto em liberdade com a condição de abandonar imediatamente o país. Viajei, então, para Montevideo, onde já se encontrava o camarada Rústico. Lá mantivemos um contato pessoal mais fácil e prolongado. Sob a influência de uma argumentação e do estudo que pude fazer do problema, compreendi o erro cometido e também a impossibilidade de levar adiante a idéia de organizar a Liga de Ação Revolucionária.

Devo aqui agregar que, uma vez iniciado no Brasil o movimento militar de outubro de 1930, inspirado pela Aliança Liberal, tratei de enviar imediatamente um amigo à fronteira brasileiro-uruguaia, onde contava com numerosos partidários, inclusive nas unidades do Exército brasileiro, para verificar a possibilidade de organizar uma força armada independente que pudesse modificar o curso da luta popular que estava em desenvolvimento no país. Mas poucos dias depois, em 24 de outubro, com o levante dos generais no Rio de Janeiro, que depôs o presidente Washington Luís, cessou a luta armada. Subiu ao poder Getúlio Vargas em confabulação com os generais golpistas, assim como com os imperialismos norte-americanos e inglês.

De Montevideo pude acompanhar a atividade do Governo Vargas, no qual ocupavam postos de destaque todos meus ex-companheiros da Coluna, com a exceção de Siqueira Campos, falecido anteriormente, em acidente de aviação. Através de sucessivos documentos

públicos combati a política do novo Governo e procurei desmascarar sua atividade reacionária, sua submissão ao imperialismo e ao latifúndio e seu profundo sentido antipopular.

A violenta ruptura com o tenentismo contribuiu decisivamente para minha formação ideológica e facilitou minha progressiva aproximação com o movimento comunista e operário. Em março de 1931 tornei público um documento em que dizia: "A todos os revolucionários sinceros e honestos, às massas trabalhadoras que neste momento de desilusão e desespero voltam-se para mim, só posso indicar-lhes um caminho; a revolução agrária e anti-imperialista sob a hegemonia incontestável do partido do proletariado, o PCB, seção brasileira da Internacional Comunista".

NA PATRIA DO GRANDE OUTUBRO — O Governo Vargas decretou anistia para os revolucionários do movimento tenentista e da Coluna, mas não podia eu voltar ao Brasil, pois se havia intensificado a perseguição aos comunistas. De outro lado, a vida em Montevideo era para mim muito difícil. Nesta situação, os camaradas do Partido Comunista do Uruguai me propuseram que fosse para a União Soviética, onde poderia trabalhar como engenheiro, teria a possibilidade de conhecer a experiência soviética e oferecer-se-iam maiores oportunidades para estudar o marxismo-leninismo. Aceitei a proposta e, acompanhado de minha família, cheguei a Moscou em novembro de 1931.

Para quem acabava de passar pelas capitais da Europa Ocidental, o panorama da Capital soviética parecia desolador. Nos países capitalistas, em plena crise econômica, os grandes armazéns estavam abarrotados de mercadorias que não tinham compradores. Em Moscou, os armazéns estavam literalmente vazios. O abastecimento estava racionado e os compradores formavam filas para adquirir os artigos mais indispensáveis. Passamos muitos meses tomando o chá sem açúcar. Mais difícil ainda era conseguir roupa e calçado. Apesar das dificuldades da vida, suscitavam verdadeira admiração os ingêntes esforços do povo soviético para cumprir em quatro anos o primeiro Plano Quinquenal; e, de modo particular, a grande atividade desenvolvida pelo Partido Comunista, que explicava pacientemente ao povo as causas das dificuldades que atravessava. No País Soviético estava decidido em prazo histórico brevíssimo construir as bases da sociedade socialista.

Era na URSS onde melhor se podia compreender o papel dirigente do partido marxista-leninista, do partido de vanguarda, sua capacidade de ligar-se às massas, de aplicar sua linha política, de mobilizar, organizar e entusiasmar o povo para a realização das tarefas que exigiam uma elevada consciência política, enorme abnegação e grande espírito de sacrifício. Pude participar de reuniões do Secretariado da Internacional Comunista em que se discutiam os problemas da América Latina, e acompanhar, portanto, a luta que se travava em seus países sob a

direção dos respectivos partidos comunistas e operários. Estive presente às reuniões plenárias 12 e 13 do Comitê Executivo da IC e tive ocasião de acompanhar de perto o desenvolvimento da luta contra o fascismo e também de conhecer pessoalmente, além do então secretário geral da IC, camarada Manuiski, nobre e querido amigo meu e de minha família, a grandes dirigentes do movimento comunista, como Togliatti, Thaelman, Pieck, Thorez, Kuusinen, Bela Kun, Van Min e outros muitos. Em companhia de delegações de trabalhadores espanhóis que naquela época visitavam com frequência a URSS, pude conhecer as grandes obras que se estavam realizando por todo o país e que eram um testemunho do gigantesco esforço de todo o povo soviético e o berço do poderio e da grandeza atuais do primeiro país socialista. Meu exílio na União Soviética contribuiu decisivamente para definir meu destino. De início, a direção do PCB não considerava conveniente aceitar como membro do Partido a uma pessoa de minha origem social, mas em agosto de 1934, "A Classe Operária", órgão central do PCB, tornou público que fora aceito como membro do Partido. Culminava assim minha evolução, que me levava do tenentismo às fileiras

do partido do proletariado, e da minha condição de oficial das forças armadas a serviço das classes dominantes, à honrosa situação de soldado do grande exército do proletariado.

Antes de voltar ao Brasil, em fins de 1934, tive ocasião de conhecer pessoalmente o camarada Jorge Dimitrov, líder destacado da Internacional Comunista. Com ele conversei a respeito da situação no Brasil, onde se intensificava a luta contra o fascismo. Dele ouvi palavras de estímulo e conselhos a respeito do comportamento do intelectual comunista, cuja missão consiste em servir à classe operária, compreendendo a necessidade de salvaguardar a unidade do Partido e de apoiar sua direção.

Já se passaram mais de quarenta anos. Foram anos de dura luta, de longos períodos de prisão e de vida clandestina, de fluxos e refluxos do movimento revolucionário. Grandes massas de nosso continente participam hoje da convicção dos comunistas de que só o socialismo pode resolver os problemas de nossos povos. Sinto-me feliz com a opção política por mim feita e que confirma uma vez mais o acerto das palavras de Lenin de que "no século XX num país capitalista, é impossível ser democrata revolucionário se, se teme marchar para o socialismo".



Depois de percorrer o Brasil em marcha de trinta mil quilômetros, a maior de nossa história militar, Luiz Carlos Prestes internou-se em La Gaiba, cidade fronteira boliviana, onde começou a trabalhar como engenheiro e a providenciar o repatriamento de seus bravos soldados. Na gravura acima, vemos, sentados, da esquerda para a direita: Djalma Dutra, Siqueira Campos, Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto e Oswaldo Cordeiro de Farias; e, de pé, da esquerda para a direita: José Pinheiro Machado, Atanagildo França, Emídio Miranda, João Pedro, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Ari Salgado Freire, Nelson Machado, Manoel de Lima Nascimento, Sadi do Vale Machado, André Trifino Corrêa e Ítalo Landucci.



LUIZ CARLOS PRESTES, acompanhado dos trabalhadores e do povo, em plena campanha para a vitória eleitoral de Leonel Brizola, nas eleições de 15 de novembro. Na foto acima, Prestes percorre a feira-livre de Taireté, populoso distrito de Magé.

25 de março de 1981: O PCB completa

59 anos de luta pelos interesses dos

trabalhadores, pelas liberdades

e por todas as causas justas

de nosso povo

LUIZ CARLOS PRESTES

É com justo orgulho que os comunistas, seu amigos e simpatizantes comemoram mais um aniversário de fundação, em nossa terra, do Partido Comunista.

A criação do PC no Brasil — fundada à luz e sob a influência do grande acontecimento histórico que foi a realização da revolução pelo proletariado da Rússia, dirigido pelo Partido Bolchevique, que tinha à sua frente o gênio de LENIN — foi, no fundamental, a consequência necessária do amadurecimento da classe operária que já sentia a necessidade de uma organização política própria, diferente das até então existentes em nosso País. capaz de dirigir as lutas por suas reivindicações de classe e de lutar consequentemente por um novo regime político, de realizar transformações sociais profundas que libertem os trabalhadores da exploração de que são vítimas.

Recordamos nesta data o pequeno grupo, constituído, na sua quase totalidade, por operários e dirigentes sindicais (de origem anarco-sindicalista), tendo à frente o intelectual de destaque que foi ASTROGILDO PEREIRA, grupo que soube vencer todas as dificuldades e enfrentar mil incompreensões para, voltado para o futuro, fundar em nosso País o primeiro partido político dos oprimidos. Apesar de todas as perseguições, das repetidas vezes que foi considerado totalmente aniquilado pelas forças reacionárias, este partido manteve-se vivo e atuante, sempre resurgindo com novo e maior vigor, de forma a ser hoje a expressão inédita em nosso País um único partido político que já entra no sexagésimo ano de vida. E isto num país como o nosso, cujo atraso cultural e político está concretamente expresso na falta de organizações políticas estáveis, já que as classes dominantes, para enganar a população, diante de cada crise e da consequente desmoralização de seus partidos políticos, tratam de modificar, na defesa de seus interesses, o nome dos partidos políticos, de reduzi-los, por exemplo, a simples ajuntamentos políticos, como a ARENA e o MDB, para, em seguida, como aconteceu recentemente, em nome de uma chamada reestruturação partidária, dividir a "oposição" de maneira a poder manter, através do voto, o sistema de dominação dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Nosso Partido não pode, na verdade, ser eliminado, nem desaparecer, porque é a expressão política da classe mais avançada da sociedade capitalista, aquela que, inexoravelmente, cresce

com o próprio desenvolvimento do capitalismo.

Desde sua fundação, nas dezenas de anos decorridos, teve sempre o mérito de levantar e lutar com abnegação pelas principais causas justas dos trabalhadores e das demais camadas sociais oprimidas ou exploradas da população brasileira. Lutou sempre pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pela limitação da jornada de trabalho, por uma legislação trabalhista mais justa, pela fixação pelo Estado de um salário mínimo bem como pelo 13º salário e demais reivindicações dos trabalhadores. Foram os comunistas os primeiros a levantar o problema da reforma agrária, lutar pela eliminação do latifúndio, contra as formas pré-capitalistas de exploração dos trabalhadores do campo e pela entrega da terra aos que nela efetivamente trabalham. Coube, também, aos comunistas a iniciativa, em nossa terra, de desmascarar a opressão imperialista e dar passos importantes no caminho da luta contra a exploração do nosso povo pelo capital estrangeiro. Mesmo nas condições da mais brutal repressão policial, exerceram os comunistas o papel de destaque na luta em defesa das riquezas naturais da Nação, na luta contra a entrega dos minérios e, em particular, do petróleo aos trustes imperialistas, participando ativamente da histórica campanha pelo monopólio estatal da exploração do petróleo. Nosso Partido, que mobilizou massas em defesa da União Soviética, traiçoeiramente atacada pelo banditismo hitleriano, sendo numerosos os seus membros que participaram do contingente militar que lutou na Itália, após o fim da Segunda Guerra Mundial exigiu que os soldados norte-americanos abandonassem o solo de nossa Pátria e fossem eliminadas as bases militares ianques que durante a guerra foram instaladas em nosso País. Participando sempre de todas as lutas pela redemocratização do País, além de utilizar o voto, tanto na legalidade como nos períodos de maior repressão, os comunistas se fizeram representar na Constituinte de 1946, na qual, apesar do número reduzido de representantes que constituíam a bancada comunista, tiveram papel destacado no esforço para que fossem registrados na Constituição de 1946 os principais direitos democráticos, inclusive o direito de greve para os operários, de tal forma que, apesar das características fundamentais reacionárias da referida Constituição, é ela, no terreno dos

direitos civis, a mais democrática que já teve nosso povo. Quando pesou sobre nosso povo a terrível ameaça de fascistização do País, foram os comunistas que tiveram a iniciativa de formar a ampla ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA e de empunhar armas em defesa da democracia. Apesar dos erros que foram cometidos e que ainda não foram de maneira suficiente analisados, o movimento armado de 1935 representa na vida de nosso Partido, o ponto mais elevado de sua atividade política — movimento "POR PÃO, TERRA E LIBERDADE" — movimento que por ser patriótico e honesto, não podia, como ensina LENIN, deixar de produzir frutos e de, apesar de derrotado, não ter permitido a implantação de um regime fascista em nosso País.

Com o golpe militar reacionário de 1964, mais uma vez, os comunistas, apesar dos erros cometidos e que contribuíram para a vitória fácil da contra-revolução, continuaram resistindo e lutando pelas liberdades democráticas e souberam travar uma justa luta contra as tendências equivocadas daqueles que se lançaram, inoportunamente, à luta armada. Tanto no período anterior ao golpe como depois dele, foram numerosos os comunistas que sacrificaram suas vidas na luta pelos interesses da classe operária e do povo. Somente no Governo do Sr. Dutra, 55 companheiros tomaram sob as balas assassinas da reação e, após 1964, durante o governo do sr. Geisel, morreu na tortura o heróico dirigente da JUVENTUDE COMUNISTA José Montenegro de Lima — e são seqüestrados e continuam até hoje desaparecidos os membros do CC:

David Capistrano da Costa, Elson Costa, João Massena, Luís Maranhão Filho, Valter Ribeiro, Hiran Pereira, Itair Veloso, Jaime Miranda, Orlando Bonfim e Nestor Vera.

Citando estes nomes que refletem as qualidades máximas do verdadeiro comunista, a honra e a dignidade do soldado do proletariado, queremos aqui homenagear a todos os companheiros que nestes 59 anos de luta, sofreram nas prisões da reação e chegaram muitos deles até o sacrifício da própria vida pelos interesses dos trabalhadores, por um futuro de felicidade para o povo de liberdade, independência e progresso para a Pátria. Seu sacrifício não foi em vão e a memória deles estará sempre presente na luta dos comunistas pelo socialismo e pela instauração vitorioso em nossa Terra, da sociedade comunista.

Mas a maior homenagem que a todos podemos prestar consiste, agora em sermos honestos conosco mesmos, em sermos capazes de reconhecer que não tivemos a capacidade de fazer do PCB um partido efetivamente revolucionário, de transformá-lo na vanguarda da classe operária, na organização política capaz de conduzir os trabalhadores à revolução socialista. No fundamental, o principal erro que cometemos consiste na incapacidade de nossa parte de articular corretamente todas as lutas a que anteriormente nos referimos com

uma estratégia que, partindo de uma análise correta da realidade brasileira, apontasse o caminho para o socialismo nas condições de nosso País.

Na verdade, devemos reconhecer que não conhecíamos e fomos incapazes de pôr em prática a grande lição de Lenín:

"É necessário dizer as coisas como elas são: o programa do partido deve conter o que é absolutamente indiscutível, o que foi efetivamente comprovado e só então será um programa marxista".

Onde estão, porém, as raízes do erro cometido? Não podemos deixar de reconhecer que elas estão no nosso próprio atraso cultural, como parcela que padece do efetivo atraso cultural da sociedade brasileira, da consequente tendência a copiar ou transferir mecanicamente soluções adotadas para organizações revolucionárias de outros países para o nosso — dogmatismo, portanto —, além de nosso próprio desconhecimento da realidade brasileira, a par de insuficiente conhecimento da teoria marxista-leninista.

Olvidando que nosso país conquistara a independência política no princípio do século XIX e que no fim do século surgira a burguesia industrial, já na época do imperialismo e, por isso, já nascida como uma BURGUESIA DEPENDENTE E ASSOCIADA DO IMPERIALISMO, negávamos já em pleno século XX que a formação econômica-social dominante no Brasil fosse a capitalista, embora desde o início marcada como DEPENDENTE, mas de qualquer forma capitalista.

Viamos o Brasil como um país semicolonial e chegamos a afirmar que dependia da eliminação da dominação imperialista e da liquidação do latifúndio o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esta falsa apreciação da realidade nos levou, ainda em 1945, a definir o caráter da revolução, brasileira como DEMOCRÁTICO-BURGUESA, transpondo nosso Partido, aquilo que Lenín, com acerto, afirmava para as condições da Rússia czarista em 1905.

Negando o caráter capitalista da economia brasileira, aplicávamos mecanicamente e esquematicamente em nosso País as TESES para os países coloniais e semicoloniais aprovadas pelo VI CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. Isto está expresso com bastante clareza no MANIFESTO de 5 de julho de 1935, onde, estranhamente, a uma estratégia de direita, porque negava que já se realizara no País a revolução burguesa, adotávamos simultaneamente, uma tática "esquerdista". Mas é nos documentos da CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA, de 1943, e nos elaborados a partir de 1945, que se torna mais claro ainda o caráter oportunista de direita da estratégia que adotávamos.

"Insistimos em negar o caráter capitalista da formação social econômica dominante no país.

CONCLUI NA PÁG 7

CONCLUSÃO DA PÁG 6

Negando-se à autocrítica dessa estratégia oportunista de direita... o Comitê Central revelou falta de honestidade e incapacidade moral para dirigir o Partido.

Desconhecendo que em qualquer circunstância, NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA, A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL É A EXISTENTE ENTRE O PROLETARIADO E A BURGUESIA, a pretexto da luta contra o nazismo, defendíamos a unidade que "pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído, o que aí temos", quer dizer, o Estado Novo getulista. Nos documentos da direção do Partido, já por mim assinados, após a libertação em 1945 dos presos políticos, toda a concepção da unidade nacional que pregávamos estava inteiramente ligada à visão estratégica da luta pelo desenvolvimento do capitalismo na democracia que seria conquistada e assegurada com a vitória mundial sobre o nazifascismo. Insistimos, portanto, em negar ao caráter capitalista da formação econômico-social dominante em nosso País, para nós ainda considerado como semicolonial e semifeudal. Apresentávamos, por isso, como contradição fundamental na sociedade brasileira, a existente entre a Nação e o imperialismo. Erro de caráter oportunista, repetido até por documentos do VI CONGRESSO de 1967.

Negando-se à autocrítica dessa estratégia oportunista de direita, o CC não quis compreender que estava superada a RESOLUÇÃO POLITICA DO VI CONGRESSO. A proposta a este respeito, feita na reunião de maio de 1979, foi rejeitada, com apenas dois votos a favor — o meu e o de outro camarada. Insistia o CC em que a contradição fundamental na sociedade brasileira fosse, ainda, a existente entre a Nação e o imperialismo. Não tomava, nem ao menos, conhecimento da vitória que tiveram as delegações dos PP.CC. e OPERARIOS DA AMERICA LATINA, inclusive com a participação do nosso, com a aprovação da RESOLUÇÃO DOS PP.CC. E OPERARIOS — na CONFERENCIA INTERNACIONAL de 1969 — em que já então separamos a análise da situação concreta na maioria de nossos países daquela existente nos países coloniais e semicoloniais da Ásia e África. Reconhece-se naquela RESOLUÇÃO:

"NA AMERICA LATINA A MAIORIA DOS PAISES CONQUISTOU A INDEPENDENCIA ESTATAL NOS PRINCIPIOS DO SEculo PASSADO; TIVERAM EM CONJUNTO UM RELATIVO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA; FORMOU-SE, CRESCE E SE FORJA NA LUTA UM NUMEROSO PROLETARIADO, TANTO NA CIDADE COMO NO CAMPO..."

Negava-se também o CC a tomar conhecimento da RESOLUÇÃO DA CONFERENCIA DOS PP.CC. DA AMERICA LATINA E DO CARIBE, realizada em 1975 em HAVANA, que já reconhecia que:

"... O SOCIALISMO É O UNICO SISTEMA CAPAZ DE GARANTIR O DESENVOLVIMENTO VERDADEIRO DA AMERICA LATINA COM

O RITMO ACELERADO QUE EXIBEM NOSSOS POVOS..."

Insistindo na estratégia errada, oportunista de direita, que já nos levou, durante tantos anos, a erros na política cotidiana, assim como a profundas deformações na organização do Partido, o CC revelou sua falta de honestidade e sua incapacidade moral para dirigir o Partido.

Tanto mais que é impossível construir um partido efetivamente revolucionário, capaz de enraizar-se na classe operária, se se baseia numa falsa concepção da revolução. Não estará nessa orientação estratégica a direita o completo insucesso na realização do que chegamos a chamar de "DESAFIO HISTORICO" na RESOLUÇÃO DO VI CONGRESSO? E não revela toda a história do movimento comunista que a falta de combate, de esforços para combater essa estratégia de direita, LEVA INEVITAVELMENTE A TRAIÇÃO A CLASSE OPERÁRIA, AOS ENTENDIMENTOS ESPÚRIOS COM A REAÇÃO E SEUS GOVERNANTES E TAMBEM AO ANTI-SOVIETISMO?

Enfim, as deformações em nosso Partido chegaram a tal ponto que me senti no dever de escrever a "CARTA AOS COMUNISTAS". Nela chamo a atenção para que saibamos elaborar uma nova estratégia, efetivamente revolucionária, que aponte para a construção do bloco de forças antimonopolistas, capaz de conquistar, sob a direção da classe operária, o poder político — ANTIMONOPOLISTA, ANTIIMPERIALISTA E ANTILATIFUNDIARIO — que abra caminho para o socialismo. Para alcançar essa meta revolucionária, necessitamos construir um novo Partido, efetivamente revolucionário, o que só se alcançará através do trabalho de massas e aplicando uma política correta de alianças, que, através da conquista do mais amplo democratismo, da conquista de uma democracia para as massas, que crie para a classe operária as condições concretas para organizar o bloco de forças antimonopolistas, indispensável para liquidar o poder dos monopólios e de, portanto, abrir caminho para o SOCIALISMO.

Ao entrarmos no sexagésimo ano de nosso Partido, é esta a tarefa principal que enfrentamos, tarefa difícil, mas que será vitoriosa na medida em que os comunistas forem capazes de reconhecer as raízes dos erros que cometeram, que livres da cegueira oportunista dos que defendem postos e só sabem ser comunistas na qualidade de dirigentes, sejam capazes de realizar uma verdadeira autocrítica — única arma de que dispomos para transformar os erros cometidos e as sérias deformações de que padece nossa organização, nos ensinamentos que nos permitirão construir o Partido político de que necessita a classe operária e nosso povo para conquistar a nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem e chegarmos a construir em nosso País a SOCIEDADE COMUNISTA.

(Artigo de Luiz Carlos Prestes, divulgado em Março de 1981)

Luiz Carlos Prestes aos trabalhadores no 1º de maio de 1982

Sempre atento à vida e as lutas dos trabalhadores, Luiz Carlos Prestes, por ocasião do transcurso do Dia do Trabalhador, a 1º de Maio de 1982, lançou o manifesto abaixo:

"TRABALHADORES!

Comemoramos o 1º de Maio deste ano em nosso País em dura e difícil situação para milhões de trabalhadores das cidades e do campo. Assumem proporções jamais vistas, em nossa terra, a miséria e a fome de milhões de seres humanos, em consequência do crescente desemprego e da diferença, cada vez maior, entre a crescente carestia da vida e o salário real recebido pelos trabalhadores, desde os mais pobres até, inclusive, os das camadas médias assalariadas.

Isto se deve fundamentalmente à exploração de nosso povo pelos monopólios nacionais e estrangeiros, particularmente, pelas empresas multinacionais, que se utilizam da inflação monetária para acumular lucros, cada vez maiores, a custa do suor, do sangue e da vida de milhões de trabalhadores. Esta a consequência inevitável da política da ditadura militar-fascista imposta a nosso povo desde o golpe militar de 1964, ditadura que está a serviço do capital financeiro internacional. É a sombra dessa política que também enriquece a burguesia monopolista brasileira e os donos da terra — latifundiários e grandes capitalistas agrários — que exploram brutalmente os trabalhadores do campo, quando não os expulsam da terra, à medida que o capitalismo avança na agricultura.

Como é sabido, foi em nome da luta contra a inflação e a corrupção que os generais e as forças políticas mais reacionárias (Lacerda, Adhemar, Magalhães Pinto e outros) realizaram o golpe de 1964 e impuseram a nosso povo o atual regime de arbítrio e obscurantismo, de torturas e assassinios dos que lutam contra a miséria, o atraso e a ignorância. São passados 18 anos e nenhum problema fundamental da nação foi resolvido. A taxa inflacionária é hoje maior do que em 1964 e a corrupção ganhou proporções jamais vistas em nossa terra.

Torna-se, assim, cada dia mais claro que, dentro do regime capitalista, nada poderá ser modificar em benefício do povo. Mais do que nunca é indispensável intensificar a luta contra a ditadura atual. A gravidade do momento em que vivemos exige, além da luta pelas liberdades democráticas, medidas de salvação nacional, medidas de exceção contra a miséria, a fome e o desemprego.

Nosso maior dever é não ficar de braços cruzados. Nenhum trabalhador pode ser insensível aos sofrimentos por que hoje passam milhões de crianças e de jovens que constituem o futuro da nação.

Neste 1º de Maio, que deve ser um dia de luta, cabe a cada um de nós refletir sobre o que temos feito até agora para derrotar o regime ditatorial que nos oprime — já que a pretensa "abertura democrática" não nos libertou nem do chamado "poder militar", nem do aparelho de repressão do DOI-CODI terrorista, nem das crescentes ameaças à vida e segurança dos trabalhadores em nome do combate a uma pretensa ameaça comunista. Precisamos também compreender que é lutando pelas liberdades democráticas e pelo progresso social que melhor poderemos contribuir, como é de nosso dever de patriotas e internacionalistas, para tornar maior e mais efetiva a solidariedade e o apoio aos povos irmãos que também lutam contra o imperialismo e a exploração capitalista, particularmente em nosso Continente.

Tratemós, pois, de reforçar os sindicatos, intensificando o recrutamento de novos membros, para que possam refletir o sentimento do respectivo setor profissional, lutando, ao mesmo tempo, pelo direito de greve, contra a atual estrutura sindical, por sindicatos efetivamente independentes do Estado, dos patrões e dos partidos políticos, lutando, ainda por uni-los — regional e nacionalmente — numa CENTRAL ÚNICA DOS TRABA-



LHADORES — organização capaz de expressar o poderio de milhões de trabalhadores das cidades e do campo, e de influir decisivamente nos destinos da nação.

É indispensável não poupar esforços para organizar, mobilizar e unir os trabalhadores e nosso povo, para conseguir pressionar os governantes, a fim de que tomem as medidas de exceção contra a miséria, a fome e o desemprego, tais como: redução e congelamento de preços dos artigos de primeira necessidade; congelamento de aluguéis residenciais; redução dos preços dos transportes, da luz elétrica e do gás de cozinhar. Pelo salário-desemprego, pago pelos patrões ou pelo Estado.

Lutemos pela ampliação e a gratuidade dos serviços de saúde e instrução para o povo.

Lutemos pela estabilidade no emprego, contra o desemprego e a rotatividade na empresa, contra as manobras patronais que visam a redução dos salários, assim como pela elevação do salário mínimo, ainda agora aumentado sem os 10% assegurados pela lei.

Exijamos da Câmara dos Deputados que repudie o "pacote" da Previdência Social.

Lutemos pela liquidação do sistema latifundiário, contra as formas pré-capitalistas de exploração dos trabalhadores do campo, pelos direitos sociais dos assalariados agrícolas, dos camponeses pobres e dos "bóias-frias", por uma reforma agrária enfim, que assegure a entrega da terra aos que nela trabalham, assim como a entrega aos posseiros do título de propriedade da terra em que vivem e trabalham.

Por água, luz elétrica e esgotos nas favelas.

Pela revogação da legislação fascista, a começar pela Lei de Segurança Nacional e pelo desmantelamento dos órgãos de repressão policial e militar — DOI-CODI e similares. Pela anulação de todas as condenações e processos contra perseguidos políticos.

Saudemos, nesta data, os trabalhadores do mundo inteiro! Saudemos o povo soviético que já constrói as bases materiais e técnicas da sociedade comunista e constitui o baluarte invencível da luta pela salvaguarda da paz mundial; saudemos os povos que já constróem o socialismo, em Ásia, África e América Latina, em particular os povos de Cuba e Nicarágua — exemplo e estímulo para a nossa própria luta contra o imperialismo e o capitalismo, pelo progresso social. Manifestemos, igualmente, nossa solidariedade ao povo irmão de Argentina, arrastado, neste momento, a um conflito sangrento, pela ditadura militar que lhe foi imposta pelos generais fascistas, desejando-lhe êxitos na luta pela paz e pela conquista das liberdades democráticas.

VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DO PROLETARIADO E A UNIÃO DE TODOS OS POVOS NA LUTA PELA SALVAGUARDA DA PAZ MUNDIAL!"

PRESTES: "COMO CHEGUEI AO COMUNISMO"

GAZETA DO BRASIL, na presente edição, publica, nas linhas abaixo, um depoimento, importante e inédito, para os pesquisadores e historiadores, nacionais e estrangeiros, dos fatos da História do Brasil desde a década de 1920 aos dias do Brasil de hoje, tudo dentro do panorama político, social e econômico da nacionalidade.

Trata-se, também, de um documento com vistas à meditação de nossa juventude, civil e militar, com os ideais voltados para o bem-estar de nosso povo, o progresso e a soberania de nossa Pátria.

— Em 5 de julho de 1922, um levante na Escola Militar e no Forte de Copacabana marcou o início no Brasil do movimento político, que receberia mais tarde o nome de "tenentismo", já que dele participaram principalmente jovens oficiais das Forças Armadas. No mesmo ano, alguns meses antes, um grupo de patriotas ligados ao movimento operário, havia fundado o Partido Comunista no Brasil. Estes dois acontecimentos importantes deram origem a duas correntes políticas independentes que, chocando-se por vezes entre si ou aproximando-se noutras, desempenharam um relevante papel na vida política brasileira. Apesar da dura perseguição de que era alvo, o partido da classe operária conseguiu vencer todos os obstáculos e, após haver sido declarado liquidado por diversas vezes pelas classes dominantes, ressurgiu mais forte do que antes. Na atualidade é o único partido político realmente organizado em todo o País. Quanto ao tenentismo, a partir do ano de 1930, quando muitos de seus dirigentes chegaram ao poder, desagregou-se. A maioria dos quadros da sua direção capitulou e pôs-se ao serviço das classes dominantes, dos latifundiários e grandes capitalistas, abertamente ligados ao imperialismo dos Estados Unidos. Não obstante, alguns foram ganhos para as posições da classe operária e ingressaram no Partido Comunista, em cujas fileiras militaram ou continuam militando. Este último é o meu caso pessoal. Quero recordar aqui como foi possível essa evolução de um militar de origem pequeno-burguesa, educado pelas classes dominantes para defender o regime político imperante, que de dirigente do movimento tenentista, passou a ser membro do partido político revolucionário marxista-leninista. Trata-se de um processo que não foi rápido, nem fácil. Teve a duração de alguns anos, e, embora tenha contado com fatores favoráveis, que o aceleraram, também chocou-se com obstáculos difíceis de vencer. Trata-se, enfim, de uma experiência que talvez possa ser hoje útil à juventude revolucionária que, como eu então, busca o caminho para participar de maneira ativa e conseqüente na luta pelo progresso social e o futuro feliz de seu povo.

A COLUNA INVICTA — Não cabe

aqui analisar as causas que levaram ao levante militar de 1922. Com a crise econômica do pós-guerra, cujas conseqüências no Brasil tornaram-se mais sensíveis em 1921, coincidiu um acontecimento político de importância: a sucessão presidencial, que se realizaria através das eleições de março de 1922. As forças políticas agruparam-se em dois bandos: o do candidato das forças de direita, triunfante nas eleições, e o da oposição. Esta última conseguiu ganhar para seu lado a jovem oficialidade das Forças Armadas, que estava descontente e ansiava por mudanças na situação do País, que protestava contra a fraude eleitoral sistemática, exigia a moralização dos costumes políticos e sonhava com o progresso da nação, compreendida a modernização das Forças Armadas, cuja ineficiência era conhecida pelos militares profissionais mais capazes.

O movimento militar de 1922 foi derrotado, mas ficou assinalado pelo gesto heróico do tenente Antônio de Siqueira Campos, que comandando 17 companheiros enfrentou as forças do Governo. A heróica resistência daquele grupo de valentes comoveu toda a Nação. Mas as forças eram desiguais. Como conseqüência da derrota, centenas de jovens oficiais foram presos e processados; cerca de mil cadetes foram expulsos da Escola Militar e numerosos oficiais transferidos para guarnições longínquas. Apesar da repressão, reforçou-se a solidariedade profissional entre a jovem oficialidade, ampliou-se o campo dos descontentes e aumentou o número dos que estavam dispostos a reagir.

Transferido do Rio de Janeiro para uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, embora mantendo uma atitude apolítica, como a maioria de meus companheiros —, todos em geral ignorantes a respeito dos problemas sociais — participei ativamente da conspiração que levou a um segundo 5 de julho, com o levante da maior parte da guarnição de São Paulo, em 1924. Depois de resistir durante 20 dias ao assédio das forças do Governo Central, os revolucionários de São Paulo retiraram-se para o interior do País e situaram-se na parte ocidental do Estado do Paraná, nas fronteiras do Brasil com a Argentina e o Paraguai.

Por haver sido com atraso que nos inteiramos no levante de São Paulo, somente em 29 de outubro conseguimos sublevar algumas unidades do Exército aquarteladas no Rio Grande do Sul. Sob a pressão das forças governamentais, dirigimo-nos para o norte e conseguimos nos unir às forças de São Paulo, formando com os remanescentes — já que numerosos elementos haviam abandonado a luta — uma coluna de pouco mais de mil homens, mal armados e pessimamente municiados. Nosso propósito era atrair contra nós as forças da reação, para permitir que nossos colegas da Capital do País pudessem depor o Chefe de Estado. De fato, não tínhamos outro objetivo claro,

político ou social.

Graças aos êxitos alcançados mediante uma tática baseada na rapidez de movimentos e na orientação de evitar, no possível, os combates com forças superiores, mas atacando de surpresa as unidades inimigas para desmoralizá-las e nos apoderarmos de suas armas e munições, verificamos que, nas condições de nosso País, tínhamos a possibilidade de nos mantermos em armas durante meses e anos. Em pouco mais de dois anos cruzamos o País de sul a norte e de este a oeste, enfrentando forças dez e vinte vezes superiores, mobilizadas tanto pelo poder central, como pelas autoridades dos Estados e dos municípios e por numerosos caudilhos locais. Durante a marcha através de regiões atrasadas do País, sofremos o primeiro e decisivo choque psicológico ao entrar em contato com a realidade brasileira. Filhos da pequena-burguesia urbana imbuídos de uma arrogância chauvinista que nos proporcionava uma idéia falsa da vida de nosso povo, surpreendemo-nos com o atraso e a miséria em que vivia a população brutalmente explorada e oprimida por uma minoria proprietária da terra. Descobrimos rapidamente que o Brasil, rico e imenso, uma parte considerável dos camponeses não possuía um palmo de terra, via-se obrigada a viver nas terras dos grandes proprietários, submetida a seu arbítrio e sem ter a quem apelar, já que todas as autoridades locais eram aparentadas com os latifundiários ou estavam também submetidas à sua vontade. No interior do Brasil não tinha vigência a Constituição, nem eram respeitadas as leis. Verificamos a miséria incrível dos trabalhadores, descalços e esfarrapados, a tal ponto que, em alguns lugares, ao passar a Coluna, os camponeses mantinham suas filhas encerradas nas choças, pois não tinham com que vestir-se, por só possuírem, para todas elas de um único e andrajoso vestido. Chocamo-nos com uma situação sanitária espantosa, sem nenhum recurso médico ou farmacêutico. Mais de uma vez o acampamento da Coluna foi literalmente cercado pela população local que solicitava de nossa pequena ambulância remédio para seus enfermos. Enfim, o quadro foi sempre o mesmo ao longo dos 25.000 quilômetros que percorremos. Mas, se era um quadro que nos comovia e nos enchia de patriótica indignação, ao mesmo tempo nos fez compreender que problemas tão sérios não poderiam ser solucionados com a simples mudança de homens na presidência da República. Simultaneamente, modificava-se a opinião errônea que tínhamos dos trabalhadores, os quais, na verdade, víamos como seres inferiores, passivamente submetidos à elite letrada e aos donos do poder. Expressão desta posição errônea, semelhante à defendida por Monteiro Lobato ao criticar em seu livro "Urupês" o camponês miserável e analfabeto, ridicularizado na figura de Jeca Tatu, foi uma passagem de carta



LUIZ CARLOS PRESTES, o comandante da lendária Coluna Invicta e o líder do proletariado e do povo brasileiro. Prestes percorreu não apenas trinta mil quilômetros do nosso território, mas trinta mil quilômetros de latifúndio, de atraso, de miséria, de fome, de aflições espalhadas entre o povo pelo Brasil afora. Queriam que ele fosse comandar a opressão, mas Prestes comanda hoje — como ontem — os oprimidos contra os opressores.

que dirigi ao marechal Izidoro Dias Lopes, comandante das forças rebeldes de São Paulo, na qual, em termos que refletiam desprezo, dizia eu que o Governo "tem fábricas de munições, fábricas de dinheiro e bastante anal-fabetos para jogar contra nossas trabalhadoras". Sonhamos também, como dizia naquela mesma carta, ao defender a guerra do movimento, que "com a marcha engrossaríamos a Coluna", o que não sucedeu, pois os trabalhadores do campo, se bem que simpatizassem com nossa luta, já que contra nós se lançavam todos os seus opressores, e admirassem nosso heroísmo e desprendimento, não se sentiam

dispostos (com as raras exceções de alguns jovens) a sacrificar seus interesses e suas vidas numa luta que não podiam acreditar que fosse vitoriosa. Na realidade, os camponeses não possuíam a consciência política necessária, consciência que não podíamos transmitir-lhes por sermos incapazes então de compreender tanto a profundidade dos problemas sociais que enfrentávamos, como até mesmo as diferenças de classes no campo. A consciência política dos camponeses só poderia ser desenvolvida mediante a propaganda e agitação, por meio da atividade paciente e prolongada de uma organização bem preparada teoricamente e capaz de ligar-se à vida dos trabalhadores, e não pela ação direta, como supúnhamos naquela época.

Naquelas condições, no final do ano de 1926 já havíamos compreendido a inutilidade de nosso esforço e começamos a nos dar conta de que as conseqüências da luta que sustentávamos pesava principalmente sobre a parte mais pobre da população, já que atrás da Coluna vinham as forças do Governo, capazes de todas as violências e arbitrariedades, sobretudo quando se tratava das polícias militares dos Estados e dos destacamentos de caudilhos mercenários, armados pelo Governo Central. Além disto, por carecermos de um objetivo político claro, no seio da Coluna começavam a aparecer sintomas de degeneração, o que poderia levar a transformar muitos de seus membros em salteadores e bandidos. Decidimos, então, cessar temporariamente a luta e retirar em direção à fronteira brasileira-boliviana, a qual cruzamos em 3 de fevereiro de 1927, na qualidade de exilados políticos.

A marcha da Coluna foi um acontecimento de excepcional importância política. Mostrou às grandes massas populares de quase todo o Brasil a possibilidade de uma luta prolongada e vitoriosa contra seus opressores e encheu de esperanças e entusiasmo o coração de cada patriota. A Coluna, que não tinha um programa claro de reivindicações sócio-econômicas e políticas, foi, no entanto, a primeira manifestação concreta da luta de nosso povo contra o poder político central e, portanto, contra o latifúndio e o imperialismo, pela liberdade, e independência nacional e o progresso social e por isso seus feitos permanecem indelével na memória do povo.

EM BUSCA DE UM CAMINHO ACERTADO — Enquanto alguns chefes da Coluna se dirigiam a La Paz e Buenos Aires, a fim de mobilizar recursos que permitissem a subsistência dos exilados, a mim me coube a tarefa de conseguir trabalho na Bolívia para nossos soldados. Pela primeira vez em minha vida entrei em contato com uma empresa imperialista, a Bolivian Co. Ltd., empresa inglesa que se dispunha a colonizar terras bolivianas nas margens do rio Paraguai e que passava por dificuldades com a falta de braços, já que a população indígena chiquitana se

negava a deixar-se explorar pelos ingleses.

Os feitos da Coluna tiveram enorme repercussão no Brasil e já começavam a ser explorados pelas mais diversas correntes políticas. Para compreender o que estava ocorrendo, dediquei-me a ler. Os amigos enviaram-me numerosos livros, entre eles publicações revolucionárias, como o "Manifesto Comunista", de Marx e Engels, e coletâneas de artigos de Lenin. Em dezembro de 1927, entrevistei-me em Puerto Suarez com Astrogildo Pereira, emissário do Partido Comunista e portador de uma credencial assinada por Otávio Brandão, em nome da direção do Partido. Obtive então as primeiras informações sobre a revolução russa, o movimento comunista e a União Soviética, onde o emissário dos comunistas estivera no ano anterior.

Com os recursos recebidos do Brasil — fruto de subscrição popular — segui para a maioria dos elementos da Coluna regressassem ao Brasil, ao seio de suas famílias. Em 1928 passei a residir em Buenos Aires. E lá me dediquei ao estudo do marxismo. Para mim teve um influxo decisivo a leitura de "O Estado e a Revolução", a grande obra de Lenin, que me fez compreender o quanto era falsa e errônea a concepção que tinha do Estado, que me havia sido inculcado pelo ensino universitário e que me fazia ver no Estado uma instituição situada acima das classes sociais e encarregada de distribuir a justiça e de dirigir como árbitro os destinos do país em benefício de toda a população. Foi esse, sem dúvida, o livro que me decidiu a iniciar uma revisão profunda de minha concepção da vida e do cabedal de conhecimentos acumulados até então. O primeiro tomo de "O Capital" revelou-me o segredo da exploração capitalista e tornou-me socialista por convicção científica. O pensamento lógico e a base materialista adquirida no estudo das ciências naturais na Escola Militar me permitiram orientar-me melhor no estudo dos problemas sócio-políticos e me fizeram compreender a inconseqüência do reformismo.

Para ser honesto comigo mesmo não podia deixar de tomar o caminho revolucionário. Era preciso entregar-me por inteiro à causa da luta pela transformação radical da situação do povo brasileiro. Mas seria capaz de ganhar para as novas idéias revolucionárias os companheiros das lutas anteriores, que me haviam elevado ao posto de chefe da Coluna? O problema familiar, que me preocupava, foi de fácil solução, já que minha mãe e minhas irmãs estavam dispostas a enfrentar todas as vicissitudes da vida. Com os velhos companheiros a situação era diferente. Entusiasmados com a popularidade alcançada esperavam que os próximos acontecimentos lhes permitissem galgar o poder político. Corria o ano de 1930, a sucessão presidencial estava às portas e alguns governantes, principalmente o do Estado do Rio Grande do Sul,

Getúlio Vargas, pensavam apoiar-se no prestígio da Coluna para escalar o poder central. Getúlio Vargas fora ministro da Fazenda do Governo Washington Luis, em que representara os interesses dos latifundiários e grandes capitalistas do Rio Grande do Sul. Posteriormente, foi eleito presidente de seu Estado, como candidato do partido político mais conservador. Antonio Carlos, presidente do Estado de Minas Gerais e João Pessoa, presidente da Paraíba, igualmente representantes das forças conservadoras, eram seus aliados.

Em 1929-1930 desenvolveu-se a luta entre os grupos oligárquicos, sob a influência do poder central. "Façamos a revolução antes que o povo a faça", dizia naquela época Antonio Carlos. A luta entre os dois bandos em que se dividiam os politiquês das classes dominantes era também um reflexo das contradições que se aguçavam entre os imperialistas ingleses de suas posições no Brasil, apoiou financeiramente a Vargas. Este fundou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul com um empréstimo de 160 milhões de dólares dos banqueiros ianques Dillon Read. Por sua vez, Antonio Carlos, com grande prejuízo para o Estado, vendeu à Light and Power canadense, subordinada aos monopólios dos Estados Unidos, a usina elétrica que abastecia a Capital do Estado que presidia. Com esses recursos realizou Vargas o "milagre" de unificar politicamente a burguesia do Rio Grande do Sul, descontente com o governo de Washington Luis. Foi assim que surgiu a então chamada Aliança Liberal.

Enquanto que Vargas era para mim um representante dos latifundiários e grandes capitalistas, ligados ao imperialismo norte-americano, meus velhos companheiros passaram, em sua quase totalidade, a apoiá-lo. Nossos caminhos, assim, pois, divergiam. Poucos antes, tivera lugar meu segundo encontro com os representantes dos comunistas brasileiros, Paulo Lacerda e Leôncio Basbaum (o primeiro como representante do Comitê Central do PCB e o segundo como representante da Juventude Comunista), os quais solicitavam que aceitasse eu a apresentação do meu nome como candidato à presidência da República pelo Partido Comunista do Brasil. Não aceitei a proposta, embora estivesse de acordo com o programa eleitoral do PCB, porque me sentia ligado por um compromisso moral aos tenentistas, e, além disto, não perdera a esperança de ganhá-los para uma posição revolucionária, de conseguir convencê-los de que a vitória de Vargas não levaria a nenhuma melhora da situação do povo, nem libertaria a nação do jugo imperialista. E que a participação dos tenentes no poder com Vargas, sem dispor, como efetivamente não dispunham, de uma força política organizada e independente, significaria uma capitulação às classes dominantes e os desprestigiaria aos olhos do povo

brasileiro.

Em maio de 1930 tornei público meu Manifesto, que consagrou a cisão do movimento tenentista, minha separação dos companheiros que haviam ocupado postos de comando na Coluna e no qual expus minha posição revolucionária antiimperialista e de luta contra o latifúndio e pelo poder para os trabalhadores. "A revolução brasileira — dizia no referido Manifesto — não pode realizar-se com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens no poder, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, honestidade administrativa, respeito à constituição, moeda estável e outras panacéias nada resolvem nem podem interessar, de modo algum à grande maioria de nosso povo, sem cujo apoio qualquer revolução que se faça terá o caráter de um simples luta entre as oligarquias dominantes." E, mais adiante, se assinalava: "Apesar de toda essa demagogia revolucionária e das afirmações dos liberais de que propagam pela revogação das últimas leis repressoras, não houve na Aliança Liberal quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o país durante a última campanha eleitoral, e no próprio Rio Grande do Sul, em plena fase eleitoral, foi desencadeada a mais violenta perseguição aos trabalhadores que lutavam por suas reivindicações. Os propósitos das oligarquias em pugna são idênticos."

Se bem que o Manifesto fosse considerado como uma declaração de adesão ao movimento comunista, naquela época não era esta ainda minha posição. Na realidade, naquele então, pensava eu organizar uma força política que com uma plataforma radical pudesse aliar-se, como força independente, ao Partido Comunista. Desta circunstância quiseram aproveitar-se alguns intelectuais brasileiros de idéias trotskistas, os quais encontraram-se comigo em Buenos Aires e conseguiram, por algum tempo, influir em minha busca de um caminho revolucionário. Sob a influência deles tomei a decisão de tomar a iniciativa de criar uma Liga de Ação Revolucionária, publicando em julho de 1930 um novo manifesto ao povo brasileiro, no qual, conquanto sem nenhuma crítica ou ataque ao PCB, algumas expressões refletiam posições esquerdistas, setárias e inclusive tipicamente trotskistas. Foi então que surgiu a intervenção de uma pessoa, um comunista que foi quem me ajudou a tomar pelo caminho acertado que me levaria a renunciar definitivamente às honrarias com que pretendiam seduzir-me os partidários do imperialismo e do latifúndio, livrando de influências estranhas e converter-me em soldado do único movimento revolucionário conseqüente, do movimento operário e comunista. Essa pessoa foi o camarada Rústico, que se achava então em Buenos Aires, à frente do Burô Sul-Americano da Interna-

Opinião de Prestes sobre o momento político nacional

Reportagem de ODETE FERREIRA

Camarada Prestes, como avalia a onda de atentados terroristas, inclusive as últimas bombas na Ordem dos Advogados do Brasil e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro? — indaga a repórter.

LCP — Os atentados terroristas contra personalidades políticas, contra jornais e organizações democráticas e também os que visam a dificultar ou impedir a circulação da chamada imprensa alternativa, assim como o aparecimento público de novas organizações de caráter abertamente reacionário, são manifestações de tipo fascista que pretendem intimidar as forças democráticas e progressistas. Todas elas têm evidentemente raízes nos porões da ditadura, em particular nas organizações que fazem parte da máquina estatal, dedicadas todas à repressão política. Para chegar-se a esta conclusão basta indagar a quem servem semelhantes crimes e por que não são identificados e menos ainda punidos seus autores. Além dos DOI-CODI, cujos membros, como se tornou público, realizaram, quando da greve em São Bernardo, as prisões de dirigentes sindicais e dos advogados Dalmo Dallari e José Carlos Dias, as próprias organizações declaradamente fascistas, como o Esquadrão da Morte, o Comando de Caça aos Comunistas, a Falange Pátria Nova, a Falange Patriótica e outras recentemente anunciadas, estão até agora a salvo das investigações policiais.

Como é sabido, a ditadura, sob a pressão das massas e em consequência da própria evolução da situação interna e na arena internacional, foi compelida a dar início ao que vem sendo denominado de “abertura lenta, gradual e segura”. Mas, na verdade, resiste a novas concessões. Não quer saber de eleições no corrente ano. E, principalmente, teme os resultados certamente desfavoráveis para o regime das eleições marcadas para 1982. Diante do crescimento do descontentamento popular e da ação, pouco a pouco, mais organizada das massas, principalmente da classe operária, os setores mais fascistas do regime esperam, com as referidas manifestações terroristas, conseguir intimidar as forças democráticas e mesmo fazer com que elas retrocedam, como esperavam com a repressão con-

timidar a classe operária, impedir novas greves. Esperam, particularmente, deter o processo de “abertura”, não obstante todas as suas limitações, e impor a volta dos anos negros do fascismo. Num momento grave como este que atravessamos, é mais do que nunca necessário que o povo saia às ruas e se manifeste contra as ações terroristas, exigindo que o Governo passe das palavras à ação, que sejam apurados os autores dos atentados e punidos os culpados. Diante da crescente desmoralização do Governo, que se mostra incapaz de adotar as medidas cabíveis, é urgente que todas as forças de oposição se mobilizem e busquem o caminho da formação de UMA AMPLA FRENTE DEMOCRÁTICA, que, a partir da unidade em torno da luta para deter o terror fascista, avance para a derrota da ditadura e a conquista de um regime democrático, cuja institucionalização se realize através de uma Constituinte livremente eleita e soberana.

A pretexto de combater e punir o terrorismo de direita, já reclama o governo mais uma lei reacionária. Mas com isto só pode aumentar a oposição da população ao regime, quando era de imaginar que para combater o terrorismo desejasse ele o seu apoio e que desse por isso um passo ao menos no caminho da “democratização” do país, revogando algumas ao menos das leis do arsenal fascista ainda em vigor.

REPORTER — Camarada Prestes, como os comunistas devem lutar pela Constituinte? Quais as condições para uma Constituinte democrática?

LCP — Os comunistas não enganam as massas, têm o dever de dizer-lhes a verdade, de esclarecê-las e orientá-las. Uma constituinte convocada pelo atual Governo, quer dizer, nas condições atuais de nosso país — quando o movimento de oposição ainda é débil e a frente democrática ainda não está estruturada —, não poderia ser representativa da vontade das amplas massas populares, seria, quando muito, uma assembléia semelhante ou idêntica ao Parlamento atual. Para chegarmos à convocação de uma assembléia efetivamente representativa da vontade popular é indispensável remover previamente a legislação fascista ainda hoje em vigor, conquistar a democracia para as massas, derrotar enfim a ditadura. Levantar agora, como reivindicação imediata a convocação de uma Assembléia Constituinte é colocar o carro adiante dos bois, é, na verdade, aceitar o regime ditatorial, aceitar como

democracia o que nos pretende impingir o atual governo com sua chamada “abertura democrática”, aceitar eleições com LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, com LEI FALCÃO, sem o direito de greve nem independência sindical, sem a existência legal do PARTIDO COMUNISTA, com a privação do direito de voto aos analfabetos, aos soldados e marinheiros. E ainda sob a ameaça das “ressalvas constitucionais” e do aparelho de repressão, dos DOI-CODI, das torturas e assassínios. Nas condições atuais, o que interessa a nosso povo é uma Constituinte efetivamente democrática, capaz de significar um marco na luta pelo progresso social. Mas para isso são necessárias condições prévias, que deverão configurar o fim da ditadura e a criação de uma situação democrática.

A convocação de uma Assembléia Constituinte deverá, pois, constituir o coroamento de um processo de acumulação de forças, o ponto culminante das ações de massas empreendidas pelas forças que se unirem numa ampla frente democrática para a luta contra a ditadura e pela conquista das liberdades democráticas. Só assim teremos a Constituinte capaz de elaborar a Constituição em que sejam consagrados os direitos democráticos e as conquistas econômicas, sociais e políticas das massas trabalhadoras, que signifique a instituição de um regime efetivamente democrático, marco importante no avanço do progresso social.

REPORTER — E como o camarada vê o problema da formação da frente democrática?

LCP — Sou de opinião de que é através da ação de massas que será possível avançar no caminho da formação de uma ampla frente unitária de todas as forças interessadas na luta contra a ditadura e pela conquista das liberdades democráticas.

A prática dos últimos anos já vem mostrando que, além da classe operária, das grandes massas trabalhadoras do campo e das camadas médias urbanas que se manifestam contrárias à ditadura e, de uma ou outra forma, vêm lutando pelas liberdades democráticas, são também cada vez mais numerosas as organizações, as correntes de opinião e as personalidades políticas, cujas ações convergem para o mesmo objetivo. Mas esses numerosos elementos, que podem constituir a frente democrática, na verdade, ainda estão dispersos. E para isso, sem dúvida, tem contribuído a ausência dos comunistas como pólo aglutinador dessa frente, sua débil participação nos acontecimentos, seu reboquismo aos setores mais vacilantes da oposição e seu imobilismo político — consequência da política de direita do atual Comitê Central do PCB, que em vez de voltar-se para a organização dos trabalhadores, para o trabalho nas grandes concentrações operárias, orienta-se no sentido dos conchavos de cúpula e de procurar conter as lutas dos trabalhadores por suas reivindicações econômicas e políticas, com receio de assustar os aliados de direita e o próprio governo. Na verdade, a frente democrática, ao contrário do que afirmam alguns, ainda não existe, embora venham se tornando cada vez mais claros os objetivos que as forças efetivamente democráticas almejam alcançar como o fim ou derrota

da ditadura e a criação de um regime democrático, que permita ao governo que substitua a ditadura, a convocação de uma Assembléia Constituinte realmente representativa da vontade da maioria da nação.

Com base nessa experiência, sou de opinião de que a formação da frente democrática será possível através da luta em torno dos seguintes pontos fundamentais, que nós, comunistas, devemos lutar para que constem de uma futura plataforma da frente:

1 — Revogação de todas as leis de exceção como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a Lei de Greve, a Lei Falcão, assim como as chamadas “salvaguardas constitucionais”;

2 — Defesa do calendário eleitoral e do voto popular direto nas eleições para todos os postos eletivos;

3 — Anistia ampla, geral e irrestrita;

4 — Desmantelamento dos órgãos de repressão política, repúdio ativo aos atos terroristas e a todas as provocações fascistas com a consequente punição dos culpados;

5 — Total liberdade de associação e organização partidária e a legalidade do PCB e de todos os partidos que ainda se encontram na clandestinidade;

6 — Liberdade e autonomia dos sindicatos e revogação de toda a legislação restritiva do movimento sindical.

E lutando por esta plataforma, em íntima ligação com a ação de massas pelos interesses econômicos e políticos da classe operária, dos trabalhadores rurais e dos diversos setores das camadas médias urbanas, que se poderá avançar no sentido de uma efetiva estruturação da frente democrática. Devemos ter em vista que o ponto de partida e o conteúdo principal da frente unitária está na defesa dos interesses econômicos e políticos da classe operária e demais trabalhadores e que cabe fundamentalmente aos comunistas participar destas lutas, organizá-las e orientá-las, e exercer o papel aglutinador das massas trabalhadoras com as demais forças sociais e políticas dispostas à ação contra a ditadura. A unidade da classe operária constitui questão primordial, ponto de partida indispensável para que se alcance a adesão à frente democrática de outras classes e camadas sociais, assim como das diversas organizações e entidades democráticas, de correntes de opinião e personalidades políticas.

REPORTER — Camarada Prestes, como entender a questão da unidade das “esquerdas” a que você se refere na “CARTA AOS COMUNISTAS”, em ligação com a frente democrática?

LCP — No Brasil de hoje, não é apenas o PCB que luta pelo socialismo. Há outras organizações e agrupamentos políticos, muitos dos quais se declaram também comunistas, que lutam ou aspiram pelo socialismo. Penso que, nas condições atuais de nosso país, o que se pode denominar de “esquerda” inclui a todos que efetivamente se declaram partidário do socialismo ou querem lutar pelo socialismo. Ora, isto coloca para o PCB, ao mesmo tempo que luta pela formação de ampla frente democrática, o dever de fazer esforços para que dentro dela se unam as forças mais consequentes, aquelas que estão dispostas a lutar pela democracia como

CONCLUSÃO NA PÁG 11

CONCLUSÃO DA PÁG 10

parte integrante da luta pelo socialismo. Unificando as forças de "esquerda" estaremos contribuindo para mais facilmente chegarmos à organização das massas, de baixo para cima, em ampla frente unitária contra a ditadura, de luta pelas liberdades democráticas, por uma efetiva democracia para os trabalhadores. A unidade das forças de "esquerda" constitui condição importante não só para a própria estruturação da frente democrática, como, principalmente, para alcançar os seus objetivos de derrotar o regime ditatorial e, nesse processo, atingir também a hegemonia da classe operária no conjunto das forças que constituirão a frente. A unidade das forças de "esquerda" será uma condição importante para, uma vez derrotada a ditadura, assegurar a continuidade da luta rumo aos objetivos revolucionários da classe operária.

Muitos perguntam como forjar praticamente esta unidade das "esquerdas", principalmente se se tem em vista sua grande dispersão atual e a alta dose de intolerância mútua existente entre os diferentes partidos e agrupamentos que as compõem. A meu ver, o único caminho viável é o de alianças p la base, ou seja, nos movimentos de massas concreto, em torno de plataformas que inicialmente poderão abranger apenas alguns pontos comuns. Somente o esforço conjunto para a unidade e a própria prática nas lutas cotidianas dos trabalhadores permitirão que se avance para formas cada vez mais amplas de unidade, para plataformas conjuntas cada vez mais abrangentes. A unidade das "esquerdas" deve ser realizada, portanto, fundamentalmente a partir das bases, e é na medida que ela progredir que se poderá também chegar a entendimentos pelas cúpulas dirigentes. E isto porque só através da atividade comum no movimento de massas se poderá chegar ao conhecimento mútuo e a uma maior aproximação dos pontos de vista efetivamente defendidos pelas diversas forças aliadas e, o quer é o mais importante, a própria prática desse movimento de massas mostrará quais são as posições mais justas e em torno das quais é necessário construir a unidade.

REPORTER — Qual sua opinião sobre a greve deste ano no ABC paulista?

LCP — A greve iniciada em abril nos municípios do ABC paulista e que se estendeu, particularmente em São Bernardo, até os primeiros dias de junho, foi, em minha opinião, o principal acontecimento político do corrente ano em nosso País. Ela revelou o elevado nível de consciência política, a combatividade e a capacidade de organização de importante parcela da classe operária, que se coloca na vanguarda da luta pela efetiva democracia para as massas. E isto, fundamentalmente, pela enorme repercussão política que teve em todo o País, gerando um movimento de solidariedade e apoio de vulto até agora desconhecido. A greve revelou as limitações da "abertura" que a ditadura quer impingir como democracia e que todos os conciliadores e oportunistas, partidários do imobilismo e dos braços cruzados, em nome de "não aumentar as tensões",

também aceitam como democracia. Com a greve ficou claro o que significam na prática as leis contra a greve e, muito particularmente, a Lei de Segurança Nacional, que alguns chegaram a dizer que não seria mais posta em prática. Por tudo isso, os metalúrgicos de São Bernardo, embora não tenham alcançado os objetivos principais por que lutaram — a estabilidade no emprego e o direito de delegado sindical nas empresas —, terminaram a greve com a justa compreensão de que obtiveram uma vitória importante e adquiriram a necessária experiência para prosseguir na luta que os levará a maiores êxitos.

Na verdade, com a greve elevou-se o nível de consciência política, surgiram novos dirigentes, que contam com a confiança dos trabalhadores e ficou mais clara a necessidade de elevar o nível e a amplitude da organização. Ficou também mais claro que a força do proletariado está fundamentalmente na **UNIDADE E ORGANIZAÇÃO**. Aflorou com a greve o quanto e indispensável reforçar o movimento sindical e lutar pela sua unidade regional, estadual e nacional, numa **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**. Só assim, ao preparar uma greve, será possível ir além da organização apenas nas empresas diretamente envolvidas, mas também naquelas que possam vir a participar da solidariedade ativa, ampliando o movimento grevista e levando-o a outros pontos do País.

A luz, enfim, da greve do ABC paulista, coloca-se agora com maior clareza para a classe operária e, em particular, para os comunistas, o dever de intensificar a organização nas empresas, através da luta pelas reivindicações mais imediatas e sensíveis; a luta pela sindicalização operária e pela participação ativa nos pleitos pelas direções sindicais, contribuindo para a eleição de diretorias combativas e efetivamente representativas dos anseios atuais dos trabalhadores; a luta pela revogação da intervenção nos sindicatos e a volta das diretorias destituídas; a luta contra as dispensas em massa dos operários que participaram das greves; tudo isso simultaneamente com o esforço por difundir entre o proletariado a rica experiência que foi ganha com as greves de São Bernardo.

REPORTER — Que pensa da possibilidade da chamada "União Nacional" de que se vem falando ultimamente?

LCP — Penso que se trata apenas do desejo — bastante compreensível aliás — dos políticos que apoiam a ditadura de que os partidos de oposição deixem de ser oposicionistas, e do desejo de alguns políticos da oposição de conciliar com o governo. Entre estes últimos há até pretensos comunistas que declaram aceitar a mão estendida do sr. Figueiredo. Mas isto poderá levar a algo que se possa chamar de união nacional? — Penso que não. Levará apenas ao conchavo — se vier a realizar-se — dos políticos entre si, que, por mais que se digam representantes do povo, não estão para tanto autorizados. A nação, pela sua maioria esmagadora, prosseguirá fora desses arranjos. Prosseguirá dividida entre a minoria exploradora e a grande maioria explorada.

Nenhum democrata honesto, pode, pois, concordar ou aceitar semelhante proposta. Mas, não será ao menos possível, como se vem também sugerindo, um diálogo das forças oposicionistas com as que apoiam a ditadura? Mas que diálogo seria hoje possível entre os donos do poder e os que, do outro lado, continuam privados dos mais elementares direitos democráticos? Foi, por acaso, possível o diálogo entre os grevistas de São Bernardo e os governantes? Não foram os dirigentes da greve destituídos da direção sindical, presos e processados pela Justiça Militar? Será esta a "mão estendida" pelo sr. Figueiredo? Para que se torne possível um diálogo digno desse nome é indispensável igualdade de condições para as duas partes. Do contrário, não haverá diálogo, mas algo como a submissão do escravo ao senhor.

REPORTER — Camarada Prestes, acha viável a formulação como reclamam alguns — de uma proposta alternativa para o atual "modelo" econômico do governo?

LCP — Em geral, os que reclamam a formulação de uma proposta alternativa para a política econômico-financeira do atual governo, alimentam a ilusão de implantar no Brasil um outro tipo de capitalismo, diferente do atual, não selvagem, independente e democrático. Revelam uma incompreensão bastante difundida em relação às possibilidades reais do capitalismo em nossos dias, num país como o Brasil: o não entendimento de que nas condições atuais de nosso país o único "modelo" capitalista possível é o **CAPITALISMO MONOPOLISTA DEPENDENTE DO IMPERIALISMO**, profundamente a ele associado e com uma acentuada tendência ao arbítrio e à superexploração dos trabalhadores.

Ora, a prática já mostrou, tanto em nosso país como no mundo inteiro, que o desenvolvimento capitalista significa sempre a acumulação crescente da riqueza nas mãos de uma minoria e a miséria cada vez maior para as grandes massas trabalhadoras e que, além disso, sucedem-se as crises na sociedade capitalista — épocas em que a miséria aumenta ainda mais em consequência da falta de trabalho para milhares e mesmo milhões de trabalhadores, como hoje acontece em todo o mundo capitalista. A prática mostrou também o quanto são utópicas as aspirações de determinados setores da burguesia brasileira, assim como da pequena burguesia, a um capitalismo independente e como a luta por este objetivo só pode levar a um insucesso. Que nos trouxe, por exemplo, o golpe de 1964, após 16 anos de total arbítrio e autoritarismo? A situação atual de crescente dependência do país ao opressor estrangeiro. O que cada dia fica mais claro é que a única alternativa real ao capitalismo selvagem existente no Brasil é o caminho da liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio a eles profundamente ligado. Sem dúvida esta é uma tarefa grandiosa e para poder cumpri-la é necessário acumular forças desde hoje, na luta pelas reivindicações econômicas, sociais e políticas do traba-

lhadores, na luta, enfim, pela democracia. Será nesse processo que se organizará, com a classe operária à frente, o bloco das forças revolucionárias (antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias) capaz de liquidar o poder dos monopólios, instaurar um novo tipo de poder antimonopolista e abrir, assim, caminho para o socialismo em nossa terra.

REPORTER — Qual sua opinião a respeito da nova lei sobre os estrangeiros?

LCP — Trata-se de mais um código de caráter tipicamente fascista que visa, principalmente, neste momento, dar apoio às ditaduras militares reacionárias e fascistas existentes na parte meridional da América do Sul. Visa, na verdade, dar caráter legal aos crimes que se sucedem em nosso país com os sequestros pelas polícias dos países vizinhos com a ajuda de autoridades policiais e militares brasileiras, de cidadãos que buscam em nossa terra exílio para fugirem da repressão fascista em seus países de origem. Essa discriminação é incompatível com aluta pela democracia, constitui um retrocesso político que fere os sentimentos de solidariedade de nosso povo e povos irmãos e cria um ambiente chovinista, útil apenas aos partidários de um regime fascista em nosso país.

Os preceitos da mesma lei que permitem até mesmo a expulsão de nossa terra de estrangeiros com filhos nascidos no Brasil ou casados com pessoas de nacionalidade brasileira, são desumanos e atingem a própria instituição da família em nossa terra. Outro preceito fascista é o que permite ao governo fixar residência obrigatória (verdadeiro confinamento), a todo estrangeiro que solicite a entrada no país, o que significa a negação do direito de locomoção e fere, portanto, a **CARTA DOS DIREITOS HUMANOS** da ONU.

E indispensável, pois, que a luta contra a lei, já aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ditador, prossiga. O que constitui mais um item importante na plataforma de luta pelas liberdades democráticas em nosso país.

REPORTER — E, finalmente, camarada Prestes, como vê as diferentes iniciativas partidárias que surgiram após sua "CARTA AOS COMUNISTAS"?

LCP — Entre as iniciativas tomadas por organizações e membros de nosso Partido após a publicação da "Carta", são de destacar, além das numerosas declarações individuais de solidariedade e apoio que tenho recebido, as resoluções aprovadas por cinco comitês estaduais de integral apoio à posição que assumi, assim como a constituição de comissões de defesa do PCB por numerosas organizações de base em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Vejo em tais iniciativas uma forma importante de resposta ao apelo que dirigi aos comunistas, bem como a confirmação da opinião dos militantes de base e de numerosos dirigentes intermediários sobre a grave situação que atravessa o PCB.

CONCLUI NA PÁG 15

PRESTES: Depois da vitória, a luta continua!

(Entrevista a MARIA CAROLINA FALCONE)

A VITÓRIA de Brizola no Rio de Janeiro, principal centro político do país, é acontecimento de repercussão nacional de enormes proporções, que não pode deixar de contribuir para acelerar a elevação do nível político da luta de todo o nosso povo pelas liberdades democráticas e pelo progresso social. Quem afirma é o líder comunista Luís Carlos Prestes, que em entrevista exclusiva à TRIBUNA DA IMPRENSA faz uma análise dos resultados das eleições de 15 de novembro.

Segundo Prestes, o caráter plebiscitário continuou presente nesse pleito, que revelou uma esmagadora derrota do governo federal. Salientou que os candidatos supostamente de "esquerda", filiados ao PMDB, pagaram, todos eles, com a derrota o grave erro que cometeram, ao pretender impingir ao eleitorado que a aliança com o chaguismo fazia do PMDB uma frente democrática e oposicionista. Foi essa tática tipicamente oportunista — diz o senador —, de traição à classe operária, colocada por eles a reboque da burguesia, que os levou à estrondosa derrota eleitoral.

Senador Prestes, o Governo Federal tem afirmado, nesses últimos dias, que é o grande vencedor das eleições de 15 de novembro. O que o Sr. acha disso?

Sou de opinião que se deu justamente o contrário. É verdade que, pelo resultado já apurado das eleições, foram eleitos, pelo partido do Governo, o PDS, 12 governadores e pelos da oposição apenas 10. Mas, nos 18 anos já decorridos a partir do golpe militar de 1964, acentuaram-se profundamente as contradições regionais em nosso País. Ora, a oposição foi vitoriosa principalmente nos Estados do Sudeste — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro — os econômicos e culturalmente, mais desenvolvidos, onde se concentram os centros urbanos mais importantes, a maior parte da produção industrial e agrícola de todo o País, assim como a maior parcela da população operária. E quanto à soma nacional de votos, o número de votos da oposição — do PMDB e, no Rio do PDT — é, no mínimo duas vezes superior aos votos recebidos pelos candidatos eleitos pelo PDS. Na verdade, apesar de todas as medidas casuísticas tomadas pela ditadura para tentar encobrir o caráter plebiscitário das eleições, este continua presente e revela a esmagadora derrota do Governo Federal nas eleições de 15 de novembro. A maioria de nosso povo está contra o atual regime e viu com entusiasmo, nas eleições deste ano, a oportunidade de manifestar seu descontentamento e sua esperança de conquistar, pelo voto, novos governos estaduais, capazes de pôr em prática uma política de oposição, à orientação do Governo Federal. Governos estaduais que, pelo menos, lutem contra a situação de miséria, de fome e desemprego e assegurem às massas populares a liberdade para lutar por seus interesses vitais.

— Qual a análise que faz das vitórias do PMDB em São Paulo, Minas Gerais e Paraná? E das suas derrotas em Estados de tradições oposicionistas como o Rio Grande do Sul e Pernambuco?

— No País inteiro, com exceção do caso singular do Rio de Janeiro, com a incorporação do Partido Popular ao PMDB, este se transformou aos olhos do povo, na organização partidária que melhores condições possuía, pelo seu caráter de frente única oposicionista, para derrotar nas urnas o PDS, como partido que se empenhava expressamente em apoio da orientação política do Governo Federal. Em alguns dos grandes Estados em que o PMDB foi vitorioso, como, por exemplo, em São Paulo e no Paraná, além da oposição ao Governo Federal, também tomou posição clara de oposição ao Governo do próprio Estado. Em São Paulo lutava claramente contra Paulo Maluf e no Paraná derrotou esmagadoramente o sr. Ney Braga. Já em Pernambuco isto não se deu. Os dirigentes do PMDB no Estado não souberam dar à campanha eleitoral um caráter nitidamente oposicionista, chegando quase a dividir a frente única, ao incluir o nome do conhecido conservador Cid Sampaio — que jamais tomou posição contra as ditaduras militares dos generais que se

sucederam no poder desde 1964 —, como seu candidato a senador. Nestas condições, o povo de Recife, tradicionalmente oposicionista, em boa parte não viu no PMDB o veículo que lhe assegurasse derrotar nas urnas, além do atual regime, o demagógico Governo do Estado. O PMDB não conseguiu, por isso, em Recife, a votação maciça de que necessitava para compensar a alcançada pelo PDS no interior do Estado, ainda em grande parte sob a influência dos chefes políticos reacionários, capazes de toda a violência contra a menor manifestação de oposição no território em que dominam. Quanto ao caso do Rio Grande do Sul, foi a divisão da oposição que, no fundamental, levou à vitória do PDS. Os dirigentes, tanto do PMDB como do PDT, não souberam ver que era indispensável unificar suas forças para derrotar os partidários do PDS, isto é, que derrotar o Governo federal era o objetivo principal do povo brasileiro nas eleições de 15 de novembro.

— E, no Rio de Janeiro, porque deu o seu apoio ao PDT de Leonel Brizola? Como explica sua surpreendente vitória. Qual seu significado?

Cerca de seis meses antes da Declaração por mim assinada em apoio ao PDT, já havia examinado o quadro político-eleitoral em todo o Brasil e particularmente no Rio de Janeiro, assinalando que, com a incorporação do PP ao PMDB, este perdera o seu caráter de frente democrática e oposicionista no Estado do Rio, já que o sr. Chagas Freitas e o chaguismo nada tinham de democratas e muito menos de oposicionistas ao Governo Federal. Nestas condições, no Rio restavam apenas dois partidos oposicionistas — o PDT e o PT. Mas que só o primeiro, caso viesse a conquistar o apoio da maioria da população, teria condições de derrotar o Governo Federal e o Estadual. Fazíamos reparos, no entanto, ao oposicionismo ainda túbio e pouco firme do sr. Leonel Brizola frente ao Governo Federal. Tratamos desde logo de indicar, porém, os nomes dos candidatos que apoiávamos sob a legenda do PDT, no qual nossos companheiros e amigos já se haviam inscrito. Foi diante da atitude provocadora tomada pelos adversários do sr. Brizola, à medida que crescia sua influência entre o eleitorado, que verifiquei já ser indispensável tomar posição de apoio firme e público a sua candidatura. O que foi feito com a Declaração de 21 de Outubro. Quanto ao rápido crescimento do apoio do povo fluminense, especialmente carioca, foi fenômeno social da maior importância, que revelou a inteligência do povo que não se deixou enganar pelos políticos que falavam em frente democrática e oposicionista, mas tratavam de ocultar que dela participava, como força organizada fundamental, o chaguismo, que nada tinha de democrata e que sempre foi conivente com os sucessivos governos de generais, mesmo os mais reacionários e fascistas. Quanto à vitória em toda a linha dos candidatos para os quais solicitei os votos do povo, isto só pode ser consequência de haver acreditado o povo na minha posição consequente de luta contra a luta contra a tirania e pelos interesses do povo, contra as posições vacilantes e contra quaisquer entendimentos espúrios com a reação. Meu inabalável apoio à política de paz da União Soviética também deve ter contribuído para nossa vitória. Enfim, a vitória de Brizola no Rio de Janeiro, principal centro político do País, é acontecimento de repercussão nacional de enormes proporções, que não pode deixar de contribuir para acelerar a elevação do nível político da luta de todo o nosso povo pelas liberdades democráticas e pelo progresso social.

— Qual sua opinião sobre a derrota dos candidatos supostamente de "esquerda" que se aliaram ao chaguismo nos quadros do atual PMDB? E a derrota da tática eleitoral do Coletivo de Dirigentes Comunistas do PCB?

— Nas eleições de 15 de novembro, os candidatos supostamente de "esquerda", filiados ao PMDB, pagaram, todos eles, com a derrota o grave erro que cometeram ao pretender impingir ao eleitorado que a aliança com o chaguismo fazia ao PMDB uma frente democrática e oposicionista. E consequentemente, também pelos entendimentos espúrios, feitos às ocultas do povo, não apenas para as eleições, mas igualmente para a distribuição de cargos e postos no futuro

governo da referida frente democrática, como em nota pública, assinada pelo Coletivo de Dirigentes Comunistas, se dava siblinamente, a entender. Foi essa tática tipicamente oportunista, de traição à classe operária, colocada por eles a reboque da burguesia, que os levou à estrondosa derrota eleitoral.

— TI — Como vê o futuro político do Brasil depois destas eleições? Na sua opinião, o que os trabalhadores podem esperar dos governos oposicionistas eleitos a 15 de novembro?

— As eleições de 15 de novembro, em virtude das medidas casuísticas que as precederam, não podiam contribuir para levar a modificações mais sérias na situação política de nosso país. Tanto mais que, na verdade, não poderiam atingir ou modificar sequer o chamado "sistema" dominante, de tutela militar sobre os poderes do Estado, já claramente definido pelo general ministro do Exército em entrevista, na qual chega a declarar: "Cabe ao Exército, juntamente com as outras forças singulares, assegurar aos poderes da República (grifado por mim) as condições necessárias ao aprimoramento do regime, mantendo o estado de segurança indispensável ao desenvolvimento e à democracia." (in Folha de São Paulo, 21 de agosto de 1981). Trata-se aqui de uma verdadeira inversão de um regime democrático. Porque neste, as Forças Armadas devem constituir um instrumento a serviço dos poderes do Estado para a defesa da democracia e da soberania nacional. Para derrotar o atual regime militar será necessário um poderoso movimento de massas que leve a uma nova Constituição ou, pelo menos, à reforma da atual.

Foi o povo que, participando ativamente da campanha eleitoral e votando, em esmagadora maioria, contra o partido e os candidatos do Governo, revelou, pela sua atividade e entusiasmo, o quanto espera dos governadores por ele eleitos, apesar dos numerosos obstáculos que teve de vencer. Nestas condições, não há dúvida de que o processo democrático foi "empurrado" pelo povo para a frente e que se abrem, assim, novas perspectivas no terreno da organização popular e operária e no de possíveis conquistas através da luta popular contra a legislação reacionária — Lei de Segurança, Lei de Greve, Lei Falcão, etc —, pelo progresso social, contra a miséria, a fome e o desemprego, por melhores salários, por educação e saúde para o povo. É o que esperam os trabalhadores dos governos eleitos pelas forças oposicionistas em todo o Brasil.

— Haveria alguma ligação entre a anunciada visita do presidente Reagan ao Brasil e os resultados eleitorais de 15 de novembro último?

— Até agora, quase nada se sabe a que objetivos se prende a anunciada visita do presidente Reagan ao Brasil. Não se tornou pública, até agora, qual a agenda de suas conversações com o Chefe do Governo de nosso País, embora se afirme que não se trata neste momento de assinar qualquer acordo militar, ou mesmo, de fazer o sr. Reagan concessões no terreno da tributação alfandegária dos produtos brasileiros importados e pelos Estados Unidos. É de presumir, no entanto, que nesta primeira visita do presidente norte-americano aos países da América do Sul e Central — após a Guerra das Malvinas, na qual em consequência da posição assumida pelo Governo de Washington, perderam vigência tratados políticos tão importantes como aquele em que se baseia a atividade da Organização dos Estados Americanos (OEA), como igualmente o do TIAR (o chamado Tratado Inter-americano de Ação Recíproca), ambos traídos ou, pelo menos, completamente esquecidos pelo Governo americano, que preferiu colocar-se na emergência, ao lado da Grã-Bretanha, contra o Governo argentino — que se trate desse problema. E isto, por que alguns governos de países latino-americanos, sob a pressão de seus povos, já levantam as possibilidades de novas organizações políticas de governos americanos sem a participação do Governo dos EUA. De qualquer maneira diante da política externa do atual Governo de Washington, francamente de provocação de guerra, de volta à "guerra fria" e de acelerada intensificação da corrida armamentista, nada de bom para o nosso povo pode-se esperar dessa visita. Devemos exigir, pois, que o Sr. Reagan volte para casa, porque, diante da gravíssima situação econômica e financeira que atravessa nosso País, cada vez mais espoliado pelos monopólios imperialistas, particularmente os norte-americanos, sua possível intervenção nos assuntos internos do Brasil só pode dar-se em benefício desses monopólios, que na luta pelo lucro máximo já se beneficiam da colaboração do Estado brasileiro como instrumento para saquear a nação.

— Como vê a reforma partidária que vem sendo ventilada nos meios políticos?

— É muito pequena, quase inexistente mesmo, a tradição de vida partidária em nosso País.

Sucedem-se na história da República as crises políticas e com elas reformas partidárias. Nestas condições, pensamos que a aceleração do processo democrático causada pela campanha eleitoral e pela vitória, relativamente grande, das forças oposicionistas nas últimas eleições, não poderá deixar de abalar o atual quadro partidário em nosso País, que tende naturalmente a romper a camisa de força partidária, agravada pela proibição de coligações partidárias e pela vinculação de votos nos pleitos eleitorais. Na frente política que é o atual PMDB, abrigam-se forças progressistas ou pretensamente de "esquerda" e também elementos liberais e os mais conservadores, que tendem inevitavelmente a chocar-se, na medida em que avançar a luta pela realização das próprias promessas feitas na campanha eleitoral. Isto pode vir a tornar necessária a constituição de um partido político menos heterogêneo, uma espécie de intermediário entre o atual PDS e o partido capaz de acolher as forças mais progressistas ou, mesmo, que se dispõem a lutar por reformas sociais mais sérias. De um lado, portanto, um partido liberal ou mais exatamente de centro direita, e, outro, um que poderia ser chamado das forças oposicionistas ou, mesmo, de "esquerda", o qual, segundo tudo indica, poderá chamar-se socialista. Diante do resultado das eleições de 15 de novembro e do papel de destaque que alcançou o PDT com a vitória eleitoral incontestada no centro político mais importante do País, pode o partido dirigido pelo governador Brizola surgir como o principal centro aglutinador das forças efetivamente dispostas a lutar contra o atual regime dominante. Tudo dependerá do êxito que alcançar na solução dos problemas mais prementes do povo o Governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro. É apenas isto o que me atrevo, na situação atual, a dizer, de uma necessária ou indispensável reestruturação partidária em nosso País.

— Naqueles Estados onde a oposição venceu, qual deve ser, na sua opinião, a atuação dos comunistas?

— Aos comunistas, naqueles Estados onde a oposição venceu, cabe em minha opinião, saber utilizar as posições conquistadas para se ligarem às massas, visando mobilizá-las, organizá-las e uni-las. É indispensável lutar pelo reforçamento do movimento sindical, por sindicatos independentes do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. Simultaneamente, cabe também fazer esforços pela organização de uma frente democrática, a mais ampla, de luta contra o atual regime dominante, representado pelo Governo Federal, frente que lute pela democracia para as massas, contra a miséria, a fome e o desemprego, contra os monopólios nacionais e estrangeiros, contra o latifúndio e as multinacionais, por uma política de defesa da paz mundial, contra a corrida armamentista, uma política de relações fraternais com todos os povos, em particular com os que lutam pela libertação nacional e pelo progresso social, por relações diplomáticas e culturais com os povos socialistas. Mas cabe também aos comunistas não poupar esforços para ajudar os novos governantes oposicionistas vitoriosos nas últimas eleições, tanto na solução dos problemas do povo, como também na vigilância e no combate à corrupção e ao clientelismo, assim como à sabotagem organizada das forças mais reacionárias.

— O que pensa sobre uma possível reforma constitucional, que vem sendo proposta por alguns setores da oposição?

— Sou de opinião que se tornará cada dia mais indispensável substituir a Constituição vigente. Isto pode dar-se através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, ou por meio de uma reforma constitucional. É sabido, no entanto, que foi incluído na atual Constituição o novo preceito que exige aprovação por maioria de dois terços do total de membros do Congresso Nacional para aprovação de qualquer proposta de reforma constitucional, o que torna inviável. A não ser que se conte com a participação dos representantes do PDS, quer dizer do próprio Governo Federal. Seria então uma reforma consentida pelo regime dominante. Não é isto certamente o que desejam as forças oposicionistas. Quanto à convocação de uma Assembléia Constituinte, esta só poderá ser útil se puder contar com uma maioria representativa das forças efetivamente contrárias ao atual regime dominante, tutelado pelos militares. Seria necessário, previamente, conquistar um regime democrático, livre das manobras casuísticas da ditadura, que permitem, mesmo quando o Partido do Governo perde as eleições, pelo número de votos nacionalmente obtidos, conservar a Câmara dos Deputados a maior bancada e no Senado, graças aos "biônicos", uma considerável maioria, além, também, de maioria, aproximadamente 20 votos, no Colégio Eleitoral, ao qual cabe eleger o Presidente da República. A convocação de uma Assembléia Constituinte, capaz de aprovar uma nova Constituição democrática, exige, pois, a prévia substituição do atual regime, a conquista de um governo democrático. É isto só se conseguirá por meio de um poderoso movimento de massas. E é partindo da luta pela democracia para as massas que lá chegaremos.

(Transcrita da TRIBUNA DE IMPRENSA, de 3 de Dezembro de 1982)

Apoiando Brizola Prestes deu a vitória ao PDT!

ODETE FERREIRA

Após estudar e analisar, minuciosamente, o atual panorama político nacional, às vésperas das eleições de 15 de novembro, Luiz Carlos Prestes lançou uma proclamação ao povo do Estado do Rio de Janeiro, colocando-se, definitivamente, ao lado da candidatura de Leonel Brizola. Manifesto, sem dúvida, grandemente oportuno, de vez que, com a votação obtida pelos seus quatro candidatos — D'Ornelas, Afonso Celso Chuai e Pereira Filho — que alcançaram a votação de 160.000 votos, aproximadamente, saiu vitorioso o candidato do PDT.

Com o apoio de Prestes foram eleitos, também, dois prefeitos e uns dez vereadores, no interior fluminense, todos com uma soma de mais de 100.000 votos prestistas.

O manifesto de Prestes, foi o seguinte:

"Modificou-se consideravelmente nas últimas semanas o quadro político-eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. O povo fluminense e, mais ampla e decididamente ainda, o povo carioca, já se manifestam agora, em sua grande maioria, abertamente favoráveis à candidatura ao Governo do Estado, apresentada pelo PDT, do sr. Leonel Brizola. Ao povo deste Estado causam repulsa os milhões e milhões de cruzeiros que estão sendo gastos na propaganda eleitoral, que vem sendo feita em apoio dos candidatos tanto do Governo federal, como do estadual. Mas não se trata apenas disto. Na verdade, estamos diante de notável acontecimento social e político, que revela como o povo não se deixa facilmente enganar por aqueles que pretendem impingir-lhe, em nome de uma pretensa frente "democrática" contra o regime e o poder militar — o chamado "sistema"

—, a necessidade de votar na camarilha de Chagas Freitas, cinicamente apresentada como "democrática" e até mesmo "oposicionista".

Subestimaram, na verdade, os senhores que levantaram a consigna do pretenso e já desmoralizado "voto útil", assim como seus sequazes, a inteligência e a vontade oposicionista do povo trabalhador. Esbarrou-se a consigna do "voto útil", repellido este pelos trabalhadores e pela imensa maioria dos eleitores deste Estado, que, conseqüentemente, chegaram à mesma conclusão política por mim exposta há seis meses atrás: no Estado do Rio de Janeiro, com a incorporação do PP ao PMDB, este foi, na verdade, absorvido, "engolido", pelo primeiro — o PP de Chagas Freitas, que jamais se opôs à ditadura, que sempre foi seu colaborador fiel. Restavam no Estado, como partidos políticos oposicionistas, legalmente reconhecidos, apenas o PDT e o PT, sendo que somente o primeiro, caso chegasse a sensibilizar as grandes massas populares, poderia vir a ter condições de derrotar pelo voto os candidatos da reação, tanto federal como estadual. Como destacávamos há seis meses atrás, o PT tem revelado que, nas eleições deste ano, apenas em São Paulo conta com o apoio de parte considerável do eleitorado, o mesmo não ocorrendo no Rio de Janeiro, onde não conseguiu ainda se transformar numa opção viável.

Ao mesmo tempo, a pressão das massas e da opinião pública contribuiu decisivamente para que o sr. Leonel Brizola, na qualidade de dirigente máximo do PDT e de candidato a governador do Estado, que a princípio, mantinha frente ao Governo federal numa posição vacilante e tibia,

fosse compelido a modificar, pouco a pouco, seu discurso, no sentido de maior clareza e firmeza na oposição à ditadura. Resta desejar que até 15 de novembro o sr. Brizola venha a dar mais alguns passos nessa direção de maior conseqüência oposicionista. É de esperar também que, diante do apoio popular com que já conta, saiba Leonel Brizola contribuir para que o povo trabalhador se organize e se mobilize a fim de que, uma vez vitorioso nas urnas, conte com o apoio e respaldo de massas indispensáveis para levar à prática os pontos fundamentais de seu programa, contra a já previsível, e mesmo declarada, resistência das forças mais reacionárias às medidas de caráter democrático e popular que serão reclamadas pelo povo vitorioso.

É justamente isto que vem sendo ventilado na grande imprensa nos últimos dias: "...Brizola tomará posse. Tomará, mas o próprio presidente da República, em comentários reservados ao grupo palaciano demonstra estar preparado para utilizar tacaie e borduna sobre o "inimigo". (Ver o comentário assinado por C.C., in "O Estado de São Paulo", 19/10/82).

Comentário este que reflete o desespero da ditadura, de seus sequazes e dos políticos de direita frente à posição assumida pela esmagadora maioria do povo do Estado do Rio de Janeiro, cada vez mais favorável à candidatura do sr. Brizola. Como fica difícil insistir — frente às categóricas declarações do sr. Figueiredo — na suposta ameaça de que, caso eleito, não poderia Leonel Brizola tomar posse, passam agora os arautos da catástrofe a afirmar que se lhe impedirá de governar. Trata-se da substituição do "voto útil" pelo que o povo já está chamando de

"voto covarde", ou seja, votar nos candidatos consentidos pelo regime. É nesse sentido que se somam os esforços desenvolvidos nos últimos dias por uma série de velhos e novos defensores da camarilha chaguista, como Rafael de Almeida Magalhães (antigo e conhecido lacerdista), Hércules Correia (do autodenominado Coletivo de Dirigentes comunistas, que mais uma vez está comprovando que traiu os verdadeiros interesses do povo e da classe operária) e alguns outros, assim como organizações abertamente de direita, apelando para todo tipo de provocações, algumas das quais chegam a ter caráter tipicamente policial.

É particularmente diante dessa ofensiva provocadora e claramente antipopular, que considero necessário, nesta oportunidade, tomar posição clara e firme ao lado de todos aqueles que vêm, neste momento, a vitória da candidatura do sr. Leonel Brizola como a única saída efetivamente viável para derrotar as candidaturas comprometidas com o regime ditatorial, tanto a do sr. Miro Teixeira, como o do sr. Moreira Franco, candidatos respectivamente do governo estadual e federal, do chaguismo e do PDS.

A derrota, no Estado do Rio de Janeiro, da ditadura e das forças com ela mancomunadas será um acontecimento de repercussão nacional que poderá contribuir para a unidade e o fortalecimento em todo o País das forças que lutam contra o atual regime, pela democracia e pelo progresso social em nossa Terra.

Em 21 de outubro de 1982
(a.) LUIZ CARLOS PRESTES"

CONCLUSÃO DA PÁG 4

preventiva existente contra Prestes, e este volta ao convívio do povo. Reinicia-se para Prestes um período de grande atividade junto às massas. O movimento operário e democrático alcança importantes vitórias nos anos que se estendem até o golpe reacionário de abril de 1964.

Com o golpe de 64, inicia-se um período negro na História do País. A violência repressora da ditadura militar se abate sobre o movimento operário e democrático, e os comunistas constituem um de seus alvos principais. Prestes é obrigado a novamente viver na clandestinidade. São anos difíceis, que se seguiram a uma derrota séria de todas as forças progressistas do Brasil, em que Prestes enfrenta não apenas as perseguições movidas pelo regime ditatorial, como graves problemas internos no PCB.

Em 1971, por decisão do Comitê Central do PCB, Prestes parte para o exílio. Morando na URSS, cercado pela solidariedade do povo soviético, Prestes desenvolve intensa atividade no campo internacional, procurando sempre pôr seu grande prestígio junto aos comunistas do mundo todo, como também à opinião pública mundial, a serviço da

causa da democracia no Brasil e da emancipação de nosso povo. Prestes participa de inúmeras reuniões e congressos internacionais, em todos os continentes, em que sempre levanta sua voz em defesa dos perseguidos e injustiçados em nossa Pátria. Desenvolve intensa campanha de solidariedade aos presos e perseguidos no Brasil e de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura militar-fascista.

Finalmente, em outubro de 1979, com a conquista da anistia política pelas forças democráticas e de oposição no Brasil, Prestes, após oito anos de exílio forçado, está novamente entre nós.

Com sua Carta aos Comunistas, este veterano combatente das lutas revolucionárias no Brasil dá início a um importante processo de análise crítica e autocrítica da atividade do PCB, de seus erros e acertos, que, como ele mesmo assinala nesse documento, é uma "tarefa que me proponho a realizar posteriormente". Sem dúvida, ninguém mais do que Prestes tem autoridade e experiência para avaliar a história do PCB.

(Dados coligidos para a presente edição pelo advogado Aldo Lins e Silva.)



LUIZ CARLOS PRESTES, em suas caminhadas pela Baixada Fluminense, acompanhado e aclamado pelo povo, na campanha eleitoral de 15 de Novembro, que deu a vitória a seu candidato Leonel Brizola. Na foto acima, Prestes, Angelito Melo, Averbach, Acácio Caldeira e outros elementos, enfrentando a canícula do meio-dia na zona central de Taireté, populoso distrito de Magé.

“Lutarei por minhas idéias”

Entrevista: LUIS CARLOS PRESTES

Fernando Barros

Luís Carlos Prestes é um mito vivo da história do Brasil, desde 1924 quando iniciou no Rio Grande do Sul a marcha da coluna que iria tomar seu nome. Junto-se a Miguel Costa e seus seguidores no Movimento tenentista que provocou a revolução paulista de 1924 e percorreram 36 mil quilômetros em quase todos os Estados brasileiros. O movimento tenentista que pretendia modernizar o País, todos eles inspirados, por ideais semelhantes, tais como o voto secreto e a probidade administrativa dos governos.

A coluna Prestes peregrinou durante três anos pelo País divulgando seu ideal, travando combates com tropas legalistas e realizando brilhantes manobras militares. Em 1927, internou-se na Bolívia 620 de seus mil membros iniciais. E lá se dispersou. Foi aí, no exílio, que o Capitão Prestes começou a conhecer as idéias marxistas. Depois em Buenos Aires prosseguiu no seu aprendizado.

Fundador do Partido comunista Brasileiro, seu principal dirigente, Prestes viveu em dois tipos de situação, em toda sua vida. Alternativa para ele foi o exílio que conheceu diversas vezes. No Estado Novo, por exemplo, preso, viu sua mulher, Olga, judia, ser deportada para a Alemanha nazista, onde foi morrer num campo de concentração. Prestes tem hoje mais de oitenta anos, e, no entanto, não abandona aqueles ideais recolhidos no início da década de trinta. Esta entrevista exclusiva ao **Jornal de Brasília**, foi concedida em Paris, onde estava de passagem.

JBr — Setores identificados como de extrema esquerda, em passeata realizada no Rio, no último dia 15, denunciaram publicamente a política de abertura como uma farsa. O PC comunga da mesma opinião?

Prestes: A intervenção do novo governo nos sindicatos do ABC paulista como que confirma a posição daqueles que denunciaram, como apenas uma farsa, a chamada política de abertura democrática prometida pelo Sr. Figueiredo. O PCB é de opinião, no entanto, de que não é apenas isto. Há em nosso país uma situação nova, de ascensão da ação das massas, cresceu consideravelmente o descontentamento popular contra a miséria e o esmagamento das liberdades democráticas. De tal forma que não é somente o movimento democrático que luta contra a ditadura. As classes dominantes já compreendem que não basta o emprego da violência para conter a luta contra o atual regime. Que é necessário saber manobrar politicamente, que chegou a hora de ceder os anéis para salvar os dedos. A revogação do AI-5 representa um passo necessário nesse sentido, não foi nenhuma concessão voluntária do Sr. Geisel, mas uma importante conquista do movimento democrático. Apesar das chamadas “salvaguardas”, o regime impõe agora novas medidas no mesmo sentido. Isto não impede, porém, que sejam cometidos pelos governantes, que ainda dispõem de recursos para tanto, determinados contra-ataques. A marcha para a conquista das liberdades democráticas não será simples e direta, estará sujeita a retrocessos e ziguezagues. Sou de opinião que a intervenção nos sindicatos e as violências contra os trabalhadores em

greve foi um erro político e que a solidariedade das mais amplas camadas sociais, as vítimas da reação obrigará o novo governo a uma volta atrás. Não é impunemente que se destitui dirigentes sindicais eleitos por grandes massas de trabalhadores que, além de se baterem por melhores salários, por um nível de vida menos miserável, lutam ao mesmo tempo pelas liberdades democráticas e já, passando, como o fizeram, por cima da lei de greve e golpeando seriamente a política salarial do Governo. O que não deixa de ser um bom indício de que a luta continuará.

JBr — Neste caso, considerando a crise econômica e as tensões sociais de que fala a imprensa, o senhor acredita que a abertura iniciada no governo Geisel será prosseguida pelo presidente Figueiredo?

Prestes: Já foi anteriormente respondida.

JBr — A legalização do PC seria também outro obstáculo à abertura completa. Esta legalização constitui um objetivo imediato e prioritário do Partido Comunista?

Prestes: O Partido Comunista sempre lutou a luta pelas liberdades democráticas, de forma que sua legalização não pode ser obstáculo à democratização. Os comunistas sempre lutaram contra o anticomunismo, contra a discriminação odiosa, anacrônica e não justificável à livre atividade do PCB. Não pode haver democracia sem a livre ação de todas as organizações, partidos políticos e correntes de opinião que lutam pelas liberdades democráticas e pelo progresso social. A per-



A volta de Luiz Carlos Prestes: em 1979, anistiado, Prestes regressou ao Brasil (foto), sendo recebido, no Aeroporto do Galeão, por milhares de pessoas, fazendo um discurso lembrando os companheiros desaparecidos e anunciando novas lutas pela democracia e o socialismo no Brasil.

seguição aos comunistas constitui um atentado à democracia, atinge não apenas aos comunistas mas todos os democratas, a todos ameaça, porque — le como sempre tem sido — o primeiro passo no caminho da repressão generalizada é da tirania. A legalização do PCB constitui um objetivo imediato e prioritário, não apenas dos comunistas, mas de todos os democratas esclarecidos, que aspiram pela organização de partidos políticos e pelo livre debate de idéias entre o povo — base indispensável de um verdadeiro regime democrático.

JBr — Papel preponderante de setores considerados duros, poderia, isoladamente, determinar um retrocesso nesta política?

Prestes: Como já disse anteriormente, um retrocesso é sempre possível, não por causa apenas da existência dos chamados duros que sempre existiram — como existem — dentro de todos os governos militares dos últimos 15 anos, inclusive do atual governo do Sr. Figueiredo. O retrocesso é possível, enquanto o Governo possuir instrumentos jurídicos, como a possibilidade de decretar o estado de emergência, ou leis tão reacionárias como a atual legislação trabalhista e a lei antigreve e mantiver intactos os instrumentos de força de que dispõe. E, enquanto as forças democráticas não estiveram suficientemente organizadas e unidas. Este, por isso, o nosso principal esforço no momento atual é lutar pela melhor coordenação de todas as forças antifascistas e muito particularmente da unidade política e organização da classe operária.

JBr — No caso de legalização, o PC aceitaria o jogo democrático nos termos do PC espanhol por exemplo, que é hoje

apontado pelo próprio Governo Adolfo Suarez como “um partido sério?”

Prestes: Não sei o que é que o Sr. Adolfo Suarez chama de “partido sério” nem se o PC da Espanha merece esta designação pelo chefe do governo espanhol. Quanto ao PCB, temos a certeza de que é um partido sério, sempre lutou pelas liberdades democráticas e jamais deixou de participar de todas as lutas dos trabalhadores, assim como pela completa independência nacional e pelo progresso social. Representamos uma corrente de opinião, ponderável, e, por isso, apesar da continuada perseguição pelas forças da reação e dos fascismo, a tudo resistimos e já temos 57 anos, acontecimento singular e inédito em nossa terra, onde nenhum outro partido político conseguiu ter nossa continuidade. É que o Partido Comunista não existe como uma organização eventual, fruto da vontade de determinada pessoa, mas como uma necessidade do próprio crescimento da classe operária e da continuada elevação do seu nível de consciência política e ideológica. É, também, a organização política que apóia sua ação na teoria do proletariado e nos princípios do internacionalismo proletário, que luta pelos interesses da classe operária e demais trabalhadores, utilizando os meios e formas de ação apropriados a cada momento. Penso que é a isto que se pode chamar de partido sério, um partido da classe operária, que não desaparecerá, porque é a classe que cresce e que há de acabar, em aliança com as demais forças sociais progressistas, com o capitalismo e de construir a nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem.

JBr. — Entre os novos líderes sindicais, existem alguns que refutam as “velhas estruturas”. Como o Sr. vê o problema?

Prestes: Como se refere a líderes sindicais, imagino que se trata daqueles que se manifestaram contra a atual estrutura sindical existente em nosso País, criada em 1931, com base na "Carta Del Lavoro" do regime fascista italiano. Trata-se efetivamente de uma estrutura sindical já velha e incompatível com o desenvolvimento alcançado pela classe operária em nosso País. Os comunistas já há muito que lutam pela liberdade sindical e a unidade, isto é, o sindicato único por setor profissional da classe operária. Lutam por sindicatos não subordinados nem ao governo e sua política nem aos patrões ou a partidos políticos, e, portanto, também contra o imposto sindical e pela livre unificação numa central sindical, de âmbito nacional, pela livre organização de comissões de empresa e a existência de delegados sindicais nas empresas. Os comunistas apóiam, pois, as lideranças sindicais que se levantam por esses mesmos objetivos e participam, assim, da luta pelas liberdades democráticas, pelo direito de greve, contra a intervenção policialesca do Ministério do Trabalho no movimento sindical.

JBr. O que mudou essencialmente no movimento sindical brasileiro e como o Sr. encara essa evolução?

Prestes: — Em conseqüência do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o que efetivamente mudou no movimento sindical foi fruto da elevação do nível de consciência política da classe operária. Isto se deu em conseqüência do processo de acumulação de forças, durante o qual, apesar de toda a reação, a classe operária sempre resistiu e lutou, utilizando para tanto as formas de luta adequadas à situação. Mas principalmente pelo surgimento na sociedade brasileira de novos setores da classe operária e dos líderes sindicais que refletem seus interesses, sua combatividade e elevado nível político. Saudamos essa nova liderança sindical que está sabendo levar a classe operária à luta, passando sobre a lei de greve e derrotar a política salarial do governo. E o desenvolvimento do atual movimento operário, sua organização e seu fortalecimento que constituirão a base principal de um regime democrático e assegurarão sua solidez.

JBr. — O governo Figueiredo preconizou como meta prioritária o combate a inflação. Para tanto, seria considerada a possibilidade de uma minirrecessão e a adoção de medidas monetaristas. Se efetivamente aplicada essa política, que tipo de repercussão ela poderá causar no país?

Prestes: É evidente que a política econômica-financeira anunciada pelo Sr. Simonsen, se for aplicada, levará a um maior desemprego e a redução do salário real para todos os trabalhadores, agravando as tensões sociais e tornando, assim, mais difícil ou mesmo impraticável a promessa do Sr. Figueiredo de fazer avançar a chamada abertura democrática. Aprofundar-se-á, portanto, a luta de classe no país. Na medida em que forças de oposição ao atual regime conseguirem se unir e conquistar as liberdades democráticas,

obrigarão o governo a mudar os rumos da sua anunciada política de recessão econômica, de austeridade e maior exploração dos trabalhadores. O que a maioria da nação reclama é principalmente ampliação do mercado interno e uma menos injusta distribuição da renda nacional. Os próprios monopólios nacionais e estrangeiros já compreendem que é necessária uma nova política para tentar evitar um maior agravamento da luta de classes que pode levar a uma explosão incontrolável.

JBr. — Qual a posição do PC em face da anistia?

Prestes: Os comunistas consideram que na luta pelas liberdades democráticas a anistia geral, ampla e irrestrita é a questão mais atual e que conquistada pode abrir caminho para a vitória da democracia em nosso país. A bandeira da anistia já está sensibilizando os mais diversos setores da população, contribuindo para mobilizar, organizar e unir amplas massas populares. Constituirá um grande passo no caminho da unidade das forças de todas as tendências políticas e religiosas, para a formação de partidos políticos e para a própria legalidade de nosso partido, como já aconteceu em 1945. Com a anistia geral, ampla e irrestrita serão conquistados os primeiros passos no caminho das liberdades democráticas, a livre discussão pelas amplas massas populares de todos os principais problemas da nação, condição necessária para que se possa chegar à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte efetivamente soberana e através da qual o povo brasileiro decida dos destinos da nação, do regime que prefere.

É indispensável que a campanha pela anistia geral, ampla e irrestrita seja levada às grandes massas trabalhadoras e que não sejam poupados esforços para levá-la às organizações já existentes da classe operária, dos trabalhadores do campo, dos estudantes, da intelectualidade e demais setores das camadas médias. As mulheres, que tiveram a iniciativa e já exercem um grande papel, devem continuar a ser mobilizadas e organizadas. Igualmente, tem grande importância a contribuição das organizações religiosas; especialmente da Igreja Católica. Está na hora de intensificar em todo o país a organização de comitês pela anistia geral, ampla e irrestrita capazes de tomar a

iniciativa de realizar reuniões nacionais, regionais e locais, de passeatas e manifestações e de ampla difusão da propaganda através de pinturas murais, de folhas volantes impressas, ou mesmo manuscritas, de visitas aos presos políticos, etc. Esta atividade deve ser toda orientada no sentido de que a anistia seja conquistada já, sem novos adiamentos.

Deve ficar claro que os lutadores pela anistia verão como uma vitória inicial qualquer anistia parcial ou ato do Governo nesse sentido e que considerarão como um elemento importante para prosseguir e intensificar a luta pela anistia geral, ampla e irrestrita. A luta pela anistia não deve nem pode cessar enquanto exista um só condenado político, processado ou exiliado brasileiro dela privado seja qual for o motivo alegado.

JBr. — O Sr. aceitará retornar ao Brasil para não exercer atividades políticas?

Prestes: De forma alguma. Sou um comunista e sejam quais forem as circunstâncias não deixarei jamais de lutar pelas idéias que defendo.

JBr. — O Sr. defende a idéia do MDB como frente oposicionista? Até quando?

Prestes: Nas condições atuais de nosso País, o MDB, que surgiu reforçado após as eleições de 1974 a 78, constitui a principal expressão da unidade das forças oposicionistas. Por isso, as manobras da reação visam a dividir o MDB, a pretexto da criação de novos partidos políticos. Lutar por manter a unidade do MDB deve constituir a preocupação de todos os democratas interessados em que a oposição disponha no Parlamento de uma força capaz de ampliar-se e de organizar um bloco democrático com a possível adesão de outros parlamentares. Esse bloco, com o apoio de massas e com as imunidades de que hoje gozam os parlamentares, pode por sua vez contribuir para o esclarecimento, mobilização, organização e a unidade das forças populares e para a melhor coordenação das correntes políticas de oposição. Será dessa forma que a ação

parlamentar e a atividade das massas populares, mutuamente unidas, reforçarão a luta pelas liberdades democráticas e poderão avançar para a conquista de um regime democrático. A unidade do MDB é, assim, útil e necessária até que sejam conquistadas as liberdades democráticas, a possibilidade de participação dos trabalhadores nos debates de todos os problemas da Nação e a livre organização partidária de todas as correntes de opinião, inclusive a completa legalização do PCB, o fim definitivo da discriminação contra os comunistas.

(Transcrito do "Jornal de Brasília", de 8 de Abril de 1979)

CONCLUSÃO DA PÁG 11

E de esperar que todos que se manifestam de acordo com a "Carta" saibam efetivamente romper com a orientação direitista e imobilista do CC, saibam tomar a iniciativa de intensificar onde atuam a discussão política ao mesmo tempo que tomar medidas no sentido de organização dos comunistas, da recuperação de velhos militantes e,

muito especialmente, de recrutamento de novos membros, através da participação nos movimentos de massas, já que um verdadeiro partido revolucionário e inseparável do movimento de massas, principalmente das lutas da classe operária.

Julgo da maior importância, no momento atual, que todos os verdadeiros comunistas, tanto os que romperam organicamente com o atual CC, como aqueles que, sem ter rompido, não aceitam sua orientação, desenvolvam os maiores esforços para se manterem organizados em torno das posições que expus em minha "CARTA AOS COMUNISTAS" e, a partir de agora, também de nosso órgão central a VOZ OPERÁRIA, atuando, ao mesmo tempo junto às massas com o objetivo de organizá-las, unificá-las e dirigi-las rumo aos nossos objetivos revolucionários. E, também, dá maior importância que nesse processo de reorganização, que certamente será longo e difícil, todos os comunistas estejam vigilantes em relação aos perigos reais de repetição dos mesmos erros e das mesmas deformações apontadas na "CARTA". É necessário combater com veemência o mandonismo e o liberalismo, o carreirismo e tantos outros vícios, que impedem a atividade revolucionária do Partido; é necessário combater na atividade cotidiana a prática das intrigas e mentiras daqueles que se dizem meus porta-vozes sem terem, na verdade, nenhum mandato para isso, dos que se dedicam à atividade desagregadora em função de seus interesses mesquinhos. É necessário lutar por novos métodos de trabalho e de direção das organizações que vão se reestruturando, aplicando corretamente os princípios leninistas de funcionamento do Partido.

(N. da R. — A entrevista acima, foi concedida por Luiz Carlos Prestes, em setembro de 1980, aos nossos confrades de jornais operários).

**Prestes apóia
o socialismo
no Afeganistão!**

Em 1929, Luiz Carlos Prestes, comandante da legendária Coluna Invicta, visto pelo



GAZETA DO BRASIL

Diretor: LUIZ IGNACIO DOMINGUES